

RODRIGO ULIAN ANTUNES

ESG na Construção Civil: análise dos relatórios de sustentabilidade

São Paulo

2022

RODRIGO ULIAN ANTUNES

ESG na Construção Civil: análise dos relatórios de sustentabilidade

Versão Original

Monografia apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos na Construção

Área de Concentração: Gestão de Projetos na Construção

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Rocha de Souza Melhado

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo-na-publicação

Antunes, Rodrigo Ulian

ESG na Construção Civil: análise dos relatórios de sustentabilidade / R. U. Antunes -- São Paulo, 2022.

65 p.

Monografia (Especialização em Gestão de Projetos na Construção) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Poli-Integra.

1.ESG 2.Construção civil 3.Relatório de sustentabilidade I.Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. Poli-Integra II.t.

A melhor época para plantar uma árvore foi há 20 anos. A segunda melhor é agora.

(Autor desconhecido)

RESUMO

ANTUNES, Rodrigo Ulian. **ESG na Construção Civil**: análise dos relatórios de sustentabilidade. 2022. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos na Construção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A influência das partes interessadas e a busca por legitimidade perante a sociedade impõem às empresas a necessidade de considerar os desafios do desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, social e de governança. Nesse contexto, o movimento ESG (*Environmental, Social and Governance*) tem ganhado força por todo o mundo e os relatórios de sustentabilidade, em especial o padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI), apresentam-se como as principais ferramentas para monitorar e divulgar tais questões. Dessa forma, o setor da Construção Civil brasileiro, em razão de sua relevância e de seu grande potencial de impacto, precisa se enquadrar às melhores práticas ESG. Inicialmente, o presente estudo realizou uma revisão bibliográfica com o intuito de elucidar a evolução das questões ESG no Brasil e no mundo, e analisou seus desdobramentos na indústria da construção. Na sequência, um levantamento efetuado entre as principais construtoras / incorporadoras brasileiras verificou a ocorrência de publicação dos relatórios de sustentabilidade; foi constatado que 33% das empresas estudadas publicam tais relatórios. A análise desses relatórios, realizada posteriormente à sua coleta, visou à definição do nível de evidenciação de tópicos GRI; o resultado encontrado foi de 73% pelo método da porcentagem, representando a pontuação de 0,788 pelo método da ponderação, com destaque para o relatório da empresa Queiroz Galvão, com divulgação de 97% dos tópicos GRI em seu relato. Tais resultados demonstraram, além de uma evolução relativa quando comparados com períodos anteriores, uma grande oportunidade de melhoria, pois constatou-se que alguns tópicos relevantes ainda não são devidamente relatados pelas empresas do setor.

Palavras-chave: ESG. Construção civil. Relatório de sustentabilidade.

ABSTRACT

ANTUNES, Rodrigo Ulian. **ESG in construction**: analysis of sustainability reports. 2022. Monografia (Especialização em Gestão de Projetos na Construção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The influence of stakeholders and the need for legitimacy in the eyes of society forces businesses to evaluate the challenges of sustainable development in environmental, social, and governance dimensions. In this setting, the ESG (Environmental, Social, and Governance) movement has gained traction around the world, and sustainability reports, particularly the GRI standard, have emerged as the primary tool for tracking and disclosing these issues. Given its importance and potential for effect, the civil construction sector in Brazil needs to align itself with the best ESG practices. Initially, the current study conducted a bibliographical review with the goal of elucidating the evolution of ESG questions in Brazil and around the world, as well as analyzing the construction industry's shortcomings. The survey was conducted among the major Brazilian constructors and incorporators to determine the frequency of the publication of sustainability reports, with a result of 33% of the companies studied publish such reports. After being collected, the reports were analyzed in order to determine the highest level of evidence for GRI topics, and the result found was 73% by the percentage method, representing a score of 0,788 by the weighted method, with a special mention for the Queiroz Galvão report with 97% of GRI topics were disclosed in their report. When compared to previous periods, these results showed an improvement, but also a significant opportunity for improvement, given that it was discovered that some essential topics are still not being adequately reported by the sector's businesses.

Keywords: ESG. Construction. Sustainability report.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais benefícios alcançados pelas ações ESG.....	25
Figura 2 – Qual <i>stakeholder</i> é o maior influenciador para que a empresa melhore o seu relato ESG.....	27
Figura 3 – Visão geral das normas GRI	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Divulgação de relatórios de sustentabilidade pelas construtoras / incorporadoras	45
Gráfico 2 – Porcentagem de tópicos divulgados por dimensão.....	49
Gráfico 3 – Porcentagem de presença de cada tópico.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	20
Quadro 2 – Resumo de práticas ESG	22
Quadro 3 – Tópicos GRI por dimensão.....	30
Quadro 4 – Pontos positivos e negativos dos relatórios GRI	31
Quadro 5 – Relação dos ODS com os tópicos GRI.....	31
Quadro 6 – Pesos dos tópicos GRI atribuídos por Vieira	32
Quadro 7 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo <i>ranking</i> da revista Exame.....	40
Quadro 8 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo <i>ranking</i> da revista Valor Econômico.....	40
Quadro 9 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo <i>ranking</i> da engenharia brasileira da revista O Empreiteiro	41
Quadro 10 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo <i>ranking</i> nacional da construção imobiliária da revista O Empreiteiro	41
Quadro 11 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo <i>ranking</i> da Intec.....	42
Quadro 12 – Compilado de empresas a serem consideradas no estudo.....	42
Quadro 13 – Divulgação de relatórios de sustentabilidade pelas construtoras / incorporadoras	43
Quadro 14 – Tópicos divulgados nos relatórios de sustentabilidade GRI das empresas selecionadas.....	48
Quadro 15 – Nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade – método da ponderação	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ASG	Ambiental, Social e Governança
B3	Brasil, Bolsa, Balcão – Bolsa de Valores Brasileira
BCB	Banco Central do Brasil
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CEO	<i>Chief Executive Officers</i>
CERES	<i>Coalition for Environmentalally Responsible Economies</i>
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GEE	Gases do Efeito Estufa
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RDC	Resíduos de Construção e Demolição
Secovi-SP	Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis de São Paulo
TCU	Tribunal de Contas da União
USP	Universidade de São Paulo
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Justificativa	11
1.2	Objetivos.....	15
1.3	Metodologia da Pesquisa	15
1.4	Estruturação do Trabalho.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – CONCEITUAÇÃO	17
2.1	Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade nas Organizações	17
2.2	Movimento ESG.....	21
2.3	Relatórios de Sustentabilidade.....	26
2.4	Modelo da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI)	28
2.5	O Setor da Construção Civil.....	33
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DA PESQUISA.....	39
3.1	Determinação da Amostra – Principais Construtoras / Incorporadoras	39
3.2	Levantamento dos Relatórios de Sustentabilidade	42
3.3	Nível de Evidenciação dos Relatórios – Método da Porcentagem	47
3.4	Nível de Evidenciação dos Relatórios – Método da Ponderação.....	50
3.5	Detalhamento da Evidenciação por Tópico GRI.....	52
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

A incorporação dos aspectos sociais e ambientais às estratégias e práticas de governança corporativa vem ganhando cada vez mais importância, proporcionando vantagem competitiva às organizações (KPMG, 2020). Segundo Coimbra, Mantovaneli e Silva (2015), atualmente, tem-se a necessidade de extrapolar os indicadores puramente econômicos, por meio da sua integração com as dimensões social e ambiental, apoiando-se em novos paradigmas. O chamado desenvolvimento sustentável, ou ainda tripé de sustentabilidade (*triple bottom line*), estimula mudanças de comportamentos nas organizações, abarcando questões que dizem respeito à sustentabilidade socioambiental (VIEIRA, 2021).

O conceito ESG, sigla que, no inglês, significa *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança – ASG, na tradução literal), começa a se difundir no Brasil e a ganhar a atenção de um número maior de empresas, consumidores e investidores, em consonância com o que já se observa em países desenvolvidos (CONSTRUBUSINESS, 2021).

Em linhas gerais, esse acrônimo corresponde a um conjunto de padrões e práticas empresariais e de investimento que consideram critérios e aspectos ambientais, sociais e de governança, indo além do objetivo de obter lucros (BEZERRA, 2021).

O termo foi cunhado em 2005, em uma publicação intitulada *Who Cares Wins* (PACTO GLOBAL, 2022), e tem ganhado força nos últimos anos. Em recente pesquisa realizada pela XP Investimentos com 167 empresas brasileiras de capital aberto, 75% dos participantes consideraram o ESG uma prioridade (GRANT THORNTON; XP INC., 2021)

De acordo com um estudo realizado pelas Nações Unidas (ETHOS, 2022) com 1.000 *Chief Executive Officers* (CEO) pertencentes a 27 setores industriais de 103 países, situação idêntica pode ser constatada no cenário global: 93% deles consideram “muito importantes” e “importantes” as questões de sustentabilidade e responsabilidade social para o sucesso dos negócios empresariais.

As discussões sobre o tema se intensificaram ainda mais nos últimos dois anos. No início de 2020, Lary Fink, CEO da *Black Rock* – considerada a maior gestora de investimentos do mundo – divulgou duas cartas abertas disseminando a ideia de que o ESG deixou de ser um atrativo e passou a ser um assunto obrigatório (FINK, 2020). Ativos “sustentáveis” contaram com aplicações que giraram em torno de U\$ 86 trilhões no ano de 2019, o dobro do valor apurado em 2014 (CAVALCANTI, 2021).

Desde então, o mercado financeiro tem assimilado, cada dia com mais clareza, os conceitos ESG, bem como sua geração de valor. Segundo Garcia, Orsato e Mendes (2017), algumas dessas vantagens competitivas são: (i) menor custo do capital e maior facilidade na sua captação; (ii) redução de riscos socioambientais e reputacionais; (iii) melhoria da imagem da marca; (iv) aumento do valor das ações; e (iv) longevidade das organizações.

Todavia, as demandas relacionadas ao tema não são exclusividade do mundo dos investidores e dos fundos de investimentos, ou seja, nota-se que a pressão para adoção de medidas ESG é uma tendência de quase todas as partes envolvidas, caracterizando um movimento denominado ‘capitalismo de *stakeholders*’ (BARBALHO; PEREIRA; SANTOS, 2020).

Nesse cenário, os mais diferentes atores, como no caso dos consumidores, possuem influência cada vez mais consciente dos problemas relacionados à sustentabilidade, em especial os *millenials* (VC S/A, 2021), ou ainda no caso dos colaboradores alinhados aos valores e propósitos das empresas, por meio do engajamento, aumento da produtividade, atração e retenção de talentos.

Na esteira do desenvolvimento sustentável, é natural que, paulatinamente, também ocorra uma atualização e aprimoramento das normas, legislações, boas práticas, pactos e acordos, com o intuito incentivar e, até mesmo, regular algumas questões. Uma das iniciativas mais notáveis nesse sentido foi a definição, em 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na ocasião da publicação da Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU) (PACTO GLOBAL, 2021).

No total, são 17 ODS que se desdobram em 169 metas específicas, abordando assuntos como a erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, consumo responsável, mudanças climáticas, instituições eficazes, entre outros. Os signatários do pacto global da ONU assumem a responsabilidade de contribuir para o alcance dos ODS

até 2030, portanto, as empresas são explicitamente chamadas a resolver os desafios do desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2018).

Percebe-se que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se relacionam em larga medida com as práticas ESG, pois colocam em destaque temas como sustentabilidade ambiental, economia verde, bem-estar social e boa gestão corporativa.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável foram difundidos pelos mais variados setores da economia, entre eles, o da Construção Civil. As empresas desse segmento impactam grandemente na economia, na sociedade e no ambiente (VIEIRA, 2021).

Na **esfera ambiental**, é sabido que o setor da construção é responsável pelo consumo elevado de recursos naturais, pela geração de resíduos e por altos índices de emissões de gases do efeito estufa (GEE) (GIL, 2021).

No **âmbito social**, o segmento é responsável por empregar grande parcela da mão de obra. No Brasil, são mais de 8 milhões de pessoas empregadas, ou 7,5% da população ocupada (CBIC, 2021); desse total, mais de 60% atuam na condição de informalidade (CONSTRUBUSINESS, 2021) e grande parte dos colaboradores são homens oriundos das faixas mais carentes da sociedade. Além disso, trata-se do setor com maiores índices de acidentes de trabalho (CBIC, 2021). Tais fatos ilustram apenas alguns impactos na temática social.

Com relação à **área de governança**, os recentes escândalos de corrupção marcaram negativamente o setor da construção, desafiando ainda mais as empresas a aplicarem, de forma estruturada, políticas de *compliance* e transparência corporativa nos seus modelos de negócio.

De acordo com Lobato e Neiva (2021), uma maneira eficaz e transparente de divulgar tanto os impactos positivos quanto os negativos do desempenho ESG de uma organização são os relatórios de sustentabilidade. As transformações sociais e ambientais vivenciadas pelo mundo corporativo sinalizam uma necessidade proeminente de reconhecimento junto à comunidade de ações de transparência nos negócios, e os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações (PEREIRA; FARIA; SOUZA, 2009).

Para Souza, Batista Júnior e Ferreira (2015), elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional, visando o desenvolvimento sustentável. Dentre as vantagens da divulgação dos relatórios, é possível destacar o esclarecimento de questões que podem gerar valor a longo prazo, a capitalização de oportunidades de negócios, a construção e a melhoria da marca corporativa e da reputação da organização e a antecipação e o gerenciamento da mudança (FERREIRA, 2018).

Existem organizações que adotam relatórios com modelos próprios, contudo, o mais indicado é a utilização de modelos consolidados de relatórios que definem exigibilidades e padronizações (CORRÊA; RIBEIRO, 2020).

Outro ponto importante é a completude e a abrangência das informações prestadas, pois mesmo publicando os relatórios de sustentabilidade, certas empresas optam por fazê-lo de forma parcial, o que pode caracterizar a tentativa de ocultação de pontos negativos e sensíveis. A acurácia na divulgação das informações socioambientais é fundamental para impulsionar o avanço de melhores práticas ESG e, conseqüentemente, de melhores resultados financeiros, já que, a partir de normas e leis sobre o assunto, ocorrem mudanças nos processos e produtos das organizações (BEZERRA, 2021).

Alguns modelos de relatórios foram criados para auxiliar na qualidade e na metodologia da publicação das informações de sustentabilidade, sendo que o padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI) é o mais difundido e utilizado no Brasil e no mundo (BEZERRA, 2021; FERREIRA, 2018; SOUZA; ALVES, 2018; VIEIRA, 2021), pois conta com 33 tópicos específicos que abrangem, de forma estruturada, as principais questões ESG.

Algumas empresas nacionais atuantes no setor da Construção Civil divulgam seus relatórios de sustentabilidade nos padrões GRI, mas, até pela novidade com a qual o tema se apresenta, existem poucos estudos acadêmicos que se dispuseram a analisar criticamente tais publicações. Assim sendo, considerando a grande relevância do segmento no cenário socioeconômico brasileiro e mundial, bem como seu potencial em gerar impactos relacionados às questões ESG, o presente estudo apresenta como questões principais: (i) qual é a ocorrência de publicação de relatórios

de sustentabilidade dentre as principais construtoras / incorporadoras do país? e (ii) qual é o nível de evidenciação de tópicos GRI dentre aquelas que publicam os relatórios?

1.2 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é analisar, por meio dos relatórios de sustentabilidade, as implicações e os desdobramentos do conceito ESG aplicado no setor da Construção Civil brasileiro.

Para tanto, os objetivos específicos são: (i) estudar a conjuntura do setor da Construção Civil perante o movimento ESG e o conceito de desenvolvimento sustentável; (ii) identificar, dentre as principais construtoras / incorporadoras do Brasil, quantas e quais delas apresentam relatórios de sustentabilidade; e (iii) identificar e analisar o nível de evidenciação de tópicos GRI nos relatórios de sustentabilidade selecionados.

1.3 Metodologia da Pesquisa

Com a finalidade de atender aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa documental de dados secundários, seguida de análise qualitativa baseada em abordagem descritiva. A revisão bibliográfica foi adotada para aprofundar a temática e promover melhor discussão dos resultados obtidos; posteriormente, definiu-se a amostra de pesquisa com as principais construtoras / incorporadoras brasileiras, considerando uma composição entre quatro *rankings* setoriais.

Dessa amostra, buscou-se por relatórios de sustentabilidade publicados no *site* da *Global Report Initiative* e nas páginas institucionais das empresas e, a partir de então, o conteúdo dos relatórios foi levantado para verificar o nível de evidenciação de tópicos GRI. Sobre os dados obtidos, foram aplicados os pesos propostos por Vieira (2021) para a presença de cada tópico nos relatórios de sustentabilidade; por fim, os resultados foram analisados e discutidos.

1.4 Estruturação do Trabalho

Esta monografia está dividida em quatro capítulos: o **primeiro** apresenta uma introdução ao estudo, os objetivos e a metodologia para o seu desenvolvimento; na sequência, o **segundo capítulo** aborda a fundamentação teórica e os principais pilares para o entendimento do tema ora proposto; o **terceiro capítulo** discorre sobre o desenvolvimento da pesquisa, com o levantamento e a análise crítica dos relatórios de sustentabilidade; o **último capítulo**, por fim, expõe as considerações finais, as limitações da pesquisa e sugestões para os próximos trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – CONCEITUAÇÃO

2.1 Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade nas Organizações

As preocupações decorrentes da relação entre o crescimento econômico e as questões ambientais não são uma novidade. O movimento ambiental surgiu no contexto pós segunda guerra mundial, na esteira geopolítica do desenvolvimento internacional e da globalização (COIMBRA; MANTOVANELI; SILVA, 2015) e, desde então, é possível citar uma série de eventos que contribuíram para a evolução dessa temática, como por exemplo, o Clube de Roma que, em 1968, discutiu a preservação dos recursos naturais do planeta e os limites dos avanços tecnológicos (CAVALCANTI, 2021).

Segundo Ferreira (2018), nesses primeiros tempos, o enfoque era muito maior no sentido de evitar catástrofes e acidentes ambientais do que realmente encontrar um equilíbrio entre a economia e o ambiente. Décadas mais tarde, em 1980, o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu pela primeira vez, na publicação *World Conservation Strategy*, da União Nacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 1980).

Em 1987, na Convenção Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), foi elaborado um documento intitulado *Nosso Futuro em Comum* (ou Relatório de Brundtland), no qual foi cunhada a seguinte definição, amplamente utilizada até hoje: “[...] desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (JAPIASSU; GUERRA, 2017).

Depois de dez anos, em 1997, outro conceito importante foi formulado: denominado *Triple Bottom Line* (também conhecido como três pilares do desenvolvimento sustentável, ou tripé da sustentabilidade), o conceito destaca que as organizações estão ligadas ao meio em que atuam e que suas práticas deveriam considerar, além da dimensão econômica, as dimensões ambiental e social (AVILA, 2021).

Embora os termos e a conceituação tenham sido amplamente aceitos, faltavam diretrizes e métricas voltadas para a ação (VIEIRA, 2021). Cavalcanti (2021)

argumenta que, a essa altura, a noção de sustentabilidade funcionava como uma espécie de mantra, um conceito atraente e elástico, mas impreciso. Tal generalização e falta de parâmetros fazia com que diversos atores econômicos se apropriassem dos termos atrelados à sustentabilidade para fundamentar visões muito divergentes sobre desenvolvimento (FERREIRA, 2018).

Nota-se, portanto, que é necessário agir com parcimônia na utilização dos conceitos de sustentabilidade, a fim de evitar o uso distorcido e a prática do chamado *greenwashing* (ou “lavagem verde”, em tradução livre), termo empregado para representar manobras de *marketing* que criam uma falsa aparência de sustentabilidade (CAVALCANTI, 2021).

De acordo com Faria et al. (2016), um dos maiores desafios do desenvolvimento sustentável é a criação de instrumentos que forneçam informações que facilitem avaliações de sustentabilidade na sociedade, seja na área privada ou na área pública, que monitorem as tendências de seu desenvolvimento e auxiliem na definição de metas de melhoria.

No entanto, apesar das contradições, a realidade acerca da necessidade do desenvolvimento realmente sustentável se impôs, tendo em vista a aceleração da degradação ambiental e das evidências das mudanças climáticas. Segundo Siew (2015), atualmente, a própria sobrevivência das empresas é muito dependente de sua capacidade de adaptação e transição para um modelo de negócios que aborde questões de sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade é, por si, multidimensional, e abordá-lo implica, necessariamente, em tornar central múltiplas variáveis e dimensões que suplantam a perspectiva meramente econômica ou instrumental. Dessa forma, perceber o desenvolvimento somente por meio do progresso econômico não contempla as reais demandas de um desenvolvimento sustentável e justo (COIMBRA; MANTOVANELI; SILVA, 2015).

Para que a sustentabilidade seja de fato aplicada, organismos internacionais como a ONU têm sido fundamentais articuladores de discussões e desenvolvedores de programas que promovem o conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecendo metas, parâmetros e diretrizes. O maior exemplo nesse sentido é a

iniciativa da Agenda 2030 (CUNHA; BEUREN; CARDOZO, 2010) e os objetivos de desenvolvimento sustentável.

A Cúpula do Milênio das Nações Unidas, realizada em 2000 na cidade de Nova Iorque, contou com a participação de líderes de 189 países e estabeleceu os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) a serem alcançados até o ano de 2015 (VIEIRA, 2021). São eles:

1. Acabar com a fome e a miséria;
2. Oferecer educação básica de qualidade para todos;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde das gestantes;
6. Combater a Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (IPEA, 2016).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022), os ODMs visavam, principalmente, ao combate da extrema pobreza e outros males da época e contribuíram para o desenvolvimento sustentável, por meio de ações focadas e coerentes.

Embora tenham alcançado relativo sucesso, em especial no combate de doenças endêmicas, nem todos os objetivos foram completamente atingidos. Segundo Coimbra, Mantovaneli e Silva (2015), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgiram com pouca discussão e baixo nível de envolvimento da sociedade civil; tais fatos foram determinantes para que os resultados ficassem aquém do necessário.

Posteriormente, em meados de 2015, com a proximidade do final do ciclo definido para os ODMs, os estados-membros da ONU se reuniram novamente para discutir, elaborar e adotar uma nova agenda global, denominada “Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” (PACTO GLOBAL, 2021). Dessa vez, foi adotado um processo intergovernamental transparente e inclusivo, que contou com a ampla e democrática participação da sociedade (FERREIRA, 2018).

A Agenda 2030 contempla as dimensões social, ambiental e econômica, e estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem atingidos até o ano de 2030. Ao todo, são 17 ODS (Quadro 1) que se desdobram em 169 metas amplas, claras e abrangentes, que exigem o envolvimento de governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas (PNUD, 2022).

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Nº	Nome	Objetivo
1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável
3	Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7	Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
9	Indústria inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14	Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Pacto Global (2021)

A formulação dos ODS buscou fundamento nas experiências obtidas com os ODMs para elaborar uma estrutura mais robusta e promissora. Nessa evolução, é possível notar que tais objetivos convocam explicitamente as empresas a aplicar sua

criatividade e inovação na resolução dos desafios de desenvolvimento sustentável (COIMBRA; MANTOVANELI; SILVA, 2015).

Ferreira (2018) acredita que as organizações empresariais são agentes-chave da solução, e seu engajamento com o alcance dos ODS lhes permitirá demonstrar para a sociedade e demais partes interessadas como o seu modelo de negócio ajuda na promoção do desenvolvimento sustentável, seja mitigando impactos negativos ou potencializando impactos positivos.

Diante desse contexto, o movimento ESG ganha força e toma forma, incentivando e cobrando a evolução das organizações na direção do desenvolvimento sustentável.

2.2 Movimento ESG

ESG é uma sigla – que incorpora os termos *Environmental, Social and Governance* – utilizada mundialmente na avaliação dos componentes ambientais, sociais e de governança de uma empresa e que está associada às práticas de sustentabilidade, avaliação de riscos, características não materiais e informações não financeiras (BEZERRA, 2021). Esse termo surgiu em 2005, quando o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, convocou os investidores a considerarem os pilares socioambientais e de sustentabilidade nas suas análises de investimento (VC S/A, 2021).

As nuances das aplicações dos conceitos ESG variam de acordo com o contexto no qual a organização se encontra, sendo que o enfoque das ações ESG deve ser aplicado nos temas de maior materialidade.

Segundo a *Global Reporting Initiative* (GRI, 2022), uma organização pode se deparar com uma ampla gama de tópicos, mas as questões materiais são aquelas consideradas as mais importantes, seja por refletirem em impactos econômicos e socioambientais ou influenciarem nas decisões dos *stakeholders*.

A título de exemplo, cita-se que temas relacionados ao desmatamento são materiais para empresas do agronegócio, enquanto diversidade de gênero, racial e social são assuntos para as *fintechs* – empresas que introduzem inovações nos

mercados financeiros por meio do uso intenso de tecnologia (BCB, 2022) e que, portanto, carecem de diversidade para criar modelos disruptivos de negócios.

Dessa forma, o Quadro 2 apresenta uma lista genérica e não exaustiva das principais práticas ESG quando considerados os mais variados setores e contextos. Uma abordagem holística de cada corporação é necessária para determinar a aplicabilidade de cada uma dessas práticas, ou ainda a inclusão de outras.

Quadro 2 – Resumo de práticas ESG

Ambiental	Social	Governança
Otimizar a utilização de recursos naturais	Respeitar os direitos humanos e os direitos trabalhistas	Manter a independência do conselho de administração
Diminuir as emissões de gases-estufa e mitigar as mudanças climáticas	Aumentar e promover a diversidade entre os colaboradores (racial, gênero, etc.)	Ter transparência com acionistas minoritários
Reduzir o consumo de energia e utilizar fontes limpas	Melhorar as condições de trabalho, além de repudiar trabalho escravo ou infantil	Praticar comportamento anticorrupção e antissuborno
Conter a poluição e diminuir a geração de resíduos	Cuidar da saúde e segurança dos funcionários	Praticar remunerações da direção em níveis racionais
Mitigar impactos ambientais e proteger o meio ambiente	Promover a privacidade e segurança de dados	Fomentar práticas de <i>compliance</i>

Fonte: Adaptado de Bezerra (2021) e VC/SA (2021)

Como visto, o movimento ESG emergiu de uma provocação aos gestores de fundos, proprietários de ativos e outros detentores de capital para que tomassem decisões de investimento utilizando esses critérios (BEZERRA, 2021), ao passo que, conseqüentemente, induziu as empresas a se enquadrarem às melhores práticas de sustentabilidade (CABETTE, 2021).

Esse movimento vem ganhando destaque nos últimos anos com o aumento considerável do número de investimentos, a nível global, que levam em conta critérios ambientais, sociais e de governança nas estratégias dos negócios (GARCIA; ORSATO; MENDES, 2017). De acordo com Ungaretti (2021), em 2021, mais de US\$ 30 trilhões em ativos sob gestão foram gerenciados por fundos que definiram estratégias sustentáveis, representando 34% de aumento em relação a 2016.

Vieira (2021) destaca que os indicadores ESG devem, a qualquer momento, se tornar os principais indicadores para o mercado. Em 2019, mais de 90% das empresas que compõem o S&P 500 (principal índice da bolsa de valores americana) divulgou informações ESG.

Apesar da tendência mundial, as regiões apresentam diferentes níveis de adesão e maturidade em relação aos temas ESG, e a Europa concentra mais de 50% da representatividade dos investimentos sustentáveis supracitados, se consolidando como maior protagonista. Segundo Barbalho, Pereira e Santos (2020), a União Europeia lidera avanços importantes e constantes nessa matéria, estabelecendo metas ambiciosas de descarbonização da economia. Além da Europa, também se destacam Estados Unidos e Japão, que vêm demonstrando altas taxas de crescimento dos investimentos ESG (KPMG, 2020).

No que concerne a essa temática, Bezerra (2021) ressalta que o desenvolvimento das práticas ESG ocorreu de forma distinta entre economias desenvolvidas e economias emergentes (como no caso do Brasil), levando em consideração as divergências culturais, a assimetria do desenvolvimento social, de infraestrutura e do mercado de capitais.

No Brasil já existem práticas que apontam para o ESG, mas é fato que o país ainda se mostra muito incipiente no assunto. Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) evidenciam que menos de 1% dos investimentos estão alocados em fundos ESG (VIEIRA, 2021).

Apesar de tímido quando comparado com outras regiões, o movimento ESG nacional tem apresentado importantes avanços nos últimos anos. Uma ampla pesquisa realizada com 167 empresas brasileiras de capital aberto no final de 2021 revelou que 75% dos participantes consideram o conceito uma prioridade; além disso, 59% das empresas pesquisadas já possuem, ou estão estruturando, uma área específica para as práticas ESG (GRANT THORNTON; XP INC., 2021).

Demonstrando certo pioneirismo, a bolsa de valores brasileira (B3) criou, em 2005, o quarto índice de sustentabilidade do mundo, denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), que foi aprimorado em dezembro de 2021. O ISE tem o objetivo de ser o indicador médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial (B3, 2022).

Diversas são as estratégias de análise para investimentos ESG e, dentre elas, destacam-se: (i) filtro negativo – exclusão de investimentos em setores, empresas, países ou projetos que ferem critérios ESG específicos; (ii) filtro positivo – inclusão de

ativos que atendem aos critérios e normas estabelecidos; (iii) “*Best-in-class*” – definição dos melhores de cada setor para receberem o investimento; (iv) integração ESG – incorporação dos fatores ambientais, sociais e de governança na análise financeira da empresa ou do projeto; (v) engajamento corporativo – utilização da participação acionária que os investidores detêm para influenciar a estratégia da empresa na adoção de melhores práticas ESG (UNGARETTI, 2021).

De acordo com uma pesquisa realizada pela XP Expert (2021), atualmente, o ‘filtro negativo’ é a estratégia mais utilizada, seguida da ‘integração ESG’. É válido registrar que tais estratégias podem ser adotadas de forma combinada.

Estudos indicam que existe correlação positiva significativa entre empresas com melhores práticas de ESG e desempenho econômico (BEZERRA, 2021; UNGARETTI, 2021; VC S/A, 2021), em especial nos países desenvolvidos (GARCIA; ORSATO; MENDES, 2017). Tal relação fica ainda mais evidente quando são consideradas análises de longo prazo.

No último Relatório Global de Riscos, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, os principais riscos listados que envolvem assuntos de longo prazo estão relacionados às questões ESG (GRANT THORNTON; XP INC., 2021). Os riscos ESG podem afetar as organizações sob duas perspectivas: a primeira, o risco operacional (incerteza de receitas; custo de capital); a segunda, ainda mais drástica, é a probabilidade de falência, determinada pela possível ocorrência de eventos catastróficos, ou ainda de situações que inviabilizem o modelo de negócios das empresas desalinhadas com as práticas ESG (BEZERRA, 2021).

Nesse sentido, empresas com valores, estruturas de governança fortalecidas e focadas em questões ESG tendem a permanecer resilientes, especialmente em tempos de crise, e a desfrutarem de uma vantagem competitiva no mercado (KPMG, 2020). A XP Investimentos (2021) lista os principais benefícios alcançados por meio da adoção de ações ESG pelas corporações.

Figura 1 – Principais benefícios alcançados pelas ações ESG



Fonte: Grant Thornton e XP Inc. (2021)

Observa-se que a geração de valor das ações ESG engloba os mais diversos agentes envolvidos: clientes, colaboradores, financiadores, investidores, reguladores, comunidade, fornecedores, parceiros e canais de mídia (VC S/A, 2021). Bezerra (2021) ressalta exatamente essa quebra de paradigma trazida pelas práticas ESG, conforme trecho destacado abaixo:

As mudanças sociais e ambientais ressignificam a visão de valor definida anteriormente pela ideia de que uma empresa existe apenas para gerar lucro aos seus acionistas. Uma empresa será entendida como sustentável ao alinhar sua capacidade de gerar valor aos sócios, investidores e demais partes interessadas. [...] O interesse dos stakeholders impulsiona a incorporação de fatores ESG na análise de investimentos os quais vem sendo relacionados a maiores retornos e menores riscos. (BEZERRA, 2021, p. 13)

Em complemento, Lobato e Neiva (2021) defendem que:

Emerge a sustentabilidade como uma mudança estrutural da sociedade – uma responsabilidade partilhada à qual empresas devem responder por terem dimensão significativa de impactos, devendo ser, antes de um jargão corporativo, um valor central de nossas culturas, norteando a ação de sujeitos individuais e coletivos em perspectiva de interdependência sistêmica. (LOBATO; NEIVA, 2021, p. 3)

Diante desse contexto, as partes interessadas passam a exigir a publicação consistente de relatórios de sustentabilidade de forma estruturada, a fim de evidenciar com transparência as práticas ESG de cada empresa.

2.3 Relatórios de Sustentabilidade

Impulsionadas a melhorar o desempenho social e ambiental de seus processos e produtos, as organizações buscam meios para a divulgação de tais fatos (CUNHA; BEUREN; CARDOZO, 2010). Os relatórios de sustentabilidade são ferramentas de uso voluntário que visam fornecer às partes interessadas informações que lhes permitam avaliar o desempenho econômico, ambiental e social da empresa (GRI, 2022).

Para Corrêa e Ribeiro (2020), as transformações sociais e ambientais pelas quais que o mundo corporativo atravessa sinalizam uma necessidade proeminente de reconhecimento junto à comunidade de ações de transparência nos negócios, e os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações.

Faria et al. (2016) destacam que o relato de sustentabilidade é um instrumento de gestão para as empresas preocupadas com o processo de sustentabilidade; por meio deles é possível monitorar a evolução das atividades organizacionais e informar à sociedade sobre sua eficiência, competitividade e responsabilidades ambientais.

De acordo com Corrêa e Ribeiro (2020), as principais vantagens advindas do relato de sustentabilidade são a promoção da transparência, o aumento da credibilidade e, conseqüentemente, a agregação de valor a longo prazo.

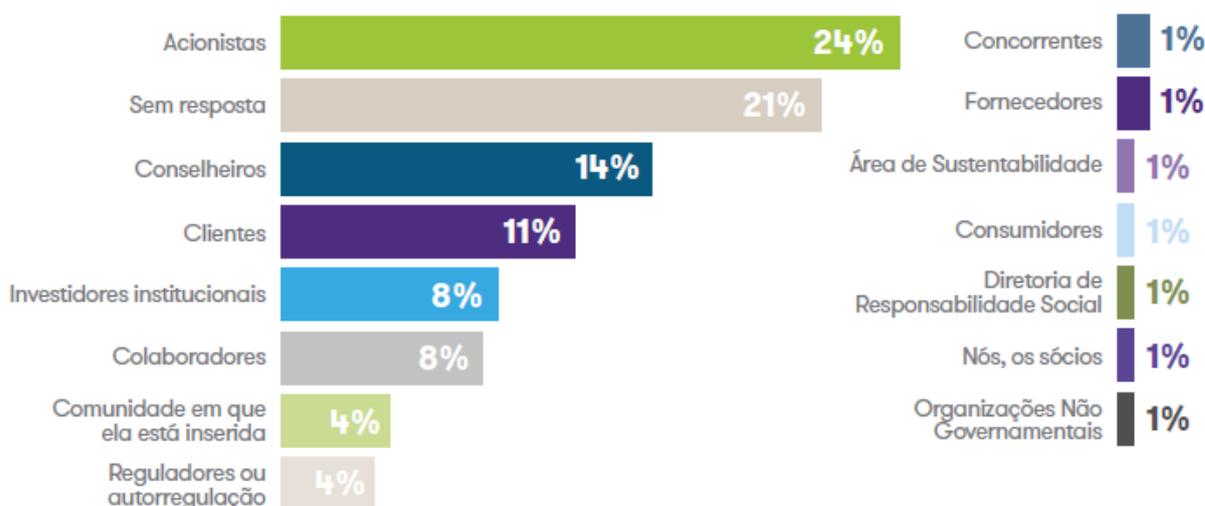
O estudo de Vieira (2021) elenca um conjunto de seis motivos principais que influenciam as organizações a publicarem relatórios de sustentabilidade, que são: (i) ameaças à legitimidade da organização; (ii) crescente exposição aos meios de comunicação; (iii) aumento da pressão da opinião pública; (iv) cumprimento de requisitos sociais; (v) adoção de práticas institucionalizadas; e (vi) ameaças à imagem da organização. Ainda segundo Vieira (2021), essas motivações estão ligadas, invariavelmente, à Teoria da Legitimidade e à Teoria dos *Stakeholders*.

A chamada Teoria da Legitimidade considera que as empresas se preocupam em validar suas atividades perante a sociedade por meio de divulgações (como no caso dos relatórios de sustentabilidade), demonstrando que seguem as leis, normas e boas práticas esperadas (ZANCHET et al., 2017) e, assim, visam ganhar, manter ou até mesmo recuperar sua legitimidade. Por sua vez, na Teoria dos *Stakeholders*,

devem ser considerados os interesses dos diferentes agentes envolvidos para embasar as tomadas de decisão gerenciais da organização (MAZZA et al., 2017).

Nessa linha, uma ampla pesquisa realizada pela XP com empresas brasileiras (GRANT THORNTON; XP INC., 2021) identificou quais são os maiores influenciadores para a melhoria do relato ESG de sustentabilidade. A Figura 2 apresenta os resultados obtidos.

Figura 2 – Qual *stakeholder* é o maior influenciador para que a empresa melhore o seu relato ESG



Fonte: Grant Thornton e XP Inc. (2021)

Percebe-se que, embora os acionistas e conselheiros representem a maior influência no aprimoramento dos relatos ESG corporativos, existem inúmeras outras partes interessadas que também demandam por tal melhoria, com destaque para os clientes e os colaboradores, que aparecem com porcentagem expressiva na pesquisa.

Embora a publicação do relatório de sustentabilidade seja voluntária, as pressões surgem das mais variadas partes e, aos poucos, alguns requisitos vão se tornando obrigatórios em determinados ambientes. A título de exemplo, a partir de 2016, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatória a divulgação de dados socioambientais por meio de um formulário de referência para as empresas de capital aberto (B3; GRI; CVM, 2021). Segundo a CVM (2021), o objetivo é incentivar a adesão progressiva das companhias à prática de reportar para os investidores informações e resultados ESG.

A meta 12.6 do ODS 12 ratifica a importância dos relatórios: “Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios”

(B3; GRI; CVM, 2021). Contudo, existem também pontos negativos relacionados aos relatórios de sustentabilidade, conforme alerta Bezerra (2021), pois as empresas podem usar tais relatórios para praticar *greenwashing*, evidenciando aspectos com bom desempenho e suprimindo tópicos negativos. Vieira (2021) destaca que os relatórios podem ser utilizados pelas empresas de forma eticamente reprovável para se mostrarem ambientalmente conscientes e proativas.

Sendo assim, é fundamental que os relatórios sejam elaborados de forma completa e seguindo uma metodologia padronizada, contemplando tanto os pontos positivos quanto os resultados negativos, e ainda a possível forma de mitigá-los.

A qualidade na divulgação das informações socioambientais é fundamental para impulsionar o avanço de melhores práticas ESG e, conseqüentemente, melhores resultados financeiros (BEZERRA, 2021). A diretora ESG da XP Inc. considera que a padronização de relatórios e métricas é um movimento necessário no longo prazo, enquanto o mercado vê com bons olhos a crescente disponibilidade desses dados pelas corporações, embora a qualidade continue sendo um desafio (GRANT THORNTON; XP INC., 2021).

Dessa forma, verifica-se que uma das maiores dificuldades para analisar as informações ESG consiste na falta de uniformidade na estrutura dos relatórios utilizados pelas empresas (GARCIA; ORSATO; MENDES, 2017). Essa falta de uniformidade na divulgação e a influência do *marketing* impediram a transparência e a eficiência na análise dos relatórios, que carecem, portanto, de modelos que facilitem a convergência das informações divulgadas, com destaque para o modelo GRI (SILVA; AVELINO, 2015).

2.4 Modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos que surgiu em 1997 por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em parceria com a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES). Atualmente sediada na Holanda, mas com origem em Boston (EUA), a GRI objetiva auxiliar governos e organizações na compreensão dos impactos dos negócios no desenvolvimento sustentável (GRI, 2022).

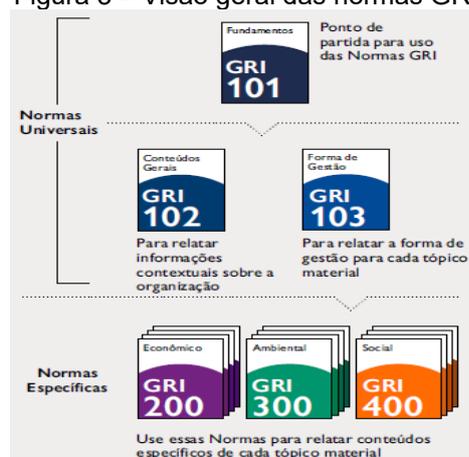
Essa organização fornece publicamente um padrão global para a elaboração dos relatórios não financeiros. Seus padrões são um sistema modular de tópicos interconectados que permitem às organizações relatar publicamente os impactos de suas atividades, de forma estruturada e transparente, para as partes interessadas (GRI, 2022).

De acordo com Corrêa e Ribeiro (2020), o padrão GRI é o mais difundido globalmente: cerca de 76% dos relatórios de sustentabilidades publicados no mundo utilizam-se dessa metodologia, inclusive considerando empresas de diferentes portes e setores (KPMG, 2020).

A primeira versão das Diretrizes GRI foi lançada em 2000 (G1) e, desde então, tem passado por constantes atualizações e aperfeiçoamentos. Em 2002, foi lançada a segunda geração (G2), seguida pela G3 em 2006 e G4, em 2013. Por fim, a versão utilizada nos dias de hoje, denominada “*Standards GRI*” (Normas GRI, ou Padrões GRI), foi lançada em 2016 e revisada em 2021.

As normas GRI são estruturadas em quatro séries (100, 200, 300 e 400), conforme se observa na Figura 3. A primeira (100) é responsável por esclarecer conceitos e contextualizar a organização relatora; as séries subsequentes (200, 300 e 400) trazem normas específicas, respectivamente, das áreas econômica, ambiental e social (GRI, 2020).

Figura 3 – Visão geral das normas GRI



Fonte: GRI (2022)

Para cada dimensão existe uma lista de tópicos específicos, com seus respectivos parâmetros e requisitos, que são apresentados pelo Quadro 3. Observa-

se que há seis itens na área econômica, oito na ambiental e, na social, 19, totalizando 33 tópicos específicos.

Esses tópicos devem ser abordados levando em consideração um conjunto de seis princípios estabelecidos pela *Global Reporting Initiative* que definem a qualidade do relatório. São eles: exatidão, equilíbrio, clareza, comparabilidade, confiabilidade e tempestividade (GRI, 2020).

Quadro 3 – Tópicos GRI por dimensão

Econômico		Social	
201	Desempenho econômico	401	Emprego
202	Presença de mercado	402	Relações de trabalho
203	Impactos econômicos indiretos	403	Saúde e Segurança do trabalho
204	Práticas de compras	404	Capacitação e educação
205	Combate à corrupção	405	Diversidade e Igualdade de oportunidades
206	Concorrência desleal	406	Não discriminação
		407	Liberdade sindical e negociação coletiva
Ambiental		408	Trabalho infantil
301	Materiais	409	Trabalho forçado ou análogo à escravidão
302	Energia	410	Práticas de segurança
303	Água	411	Direitos de povos indígenas
304	Biodiversidade	412	Avaliação de direitos humanos
305	Emissões	413	Comunidades locais
306	Efluentes e resíduos	414	Avaliação social de fornecedores
307	Conformidade ambiental	415	Políticas públicas
308	Avaliação ambiental e fornecedores	416	Saúde e segurança do consumidor
		417	<i>Marketing</i> e rotulagem
		418	Privacidade do cliente
		419	Conformidade socioeconômica

Fonte: Adaptado de GRI (2020)

A análise detalhada da estrutura da GRI mostra que o conjunto de diretrizes e indicadores proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações, para que haja eficácia nas relações com os *stakeholders*, nas decisões sobre investimento e em outras relações do mercado (CORRÊA; RIBEIRO, 2020).

Nota-se que os tópicos abrangem amplamente os principais pilares ESG e possuem relação direta com os ODS. Inclusive, um estudo realizado por Vieira (2021)

analisou uma vasta revisão bibliográfica sobre os relatórios GRI e constatou que a abrangência é uma das principais vantagens dessa metodologia. O Quadro 4 apresenta as demais vantagens e desvantagens encontradas no estudo de Vieira.

Quadro 4 – Pontos positivos e negativos dos relatórios GRI

Pontos positivos		Pontos negativos	
Class.	Descrição	Class.	Descrição
1º	Popularidade e credibilidade	1º	Padronização pouco rígida e dificuldade em estabelecer comparações
2º	Responsabilidade, transparência e legitimidade organizacional	2º	<i>Greenwashing</i>
3º	Padronização e comparabilidade	3º	Diferentes expectativas dos <i>stakeholders</i>
4º	Abrangência	4º	Incompletude
		5º	Falta de integração entre indicadores
		6º	Alto custo no desenvolvimento do relatório

Fonte: Vieira (2021)

A relação dos ODS com os 33 tópicos específicos foi objeto de um estudo conjunto realizado entre a GRI e o Pacto Global, e sintetizado no Quadro 5, apresentado a seguir.

Quadro 5 – Relação dos ODS com os tópicos GRI

ODS	Tópicos da GRI
1	202; 203; 413
2	411; 413
3	203; 305; 306; 401; 403
4	404
5	202; 203; 401; 404; 405; 406; 408; 409; 414
6	303; 304; 306
7	302
8	201; 202; 203; 204; 301; 302; 306; 401; 402; 403; 404; 405; 406; 407; 408; 409; 414
9	201; 203
10	401; 404; 405
11	203; 306
12	301; 302; 303; 305; 306; 417
13	201; 302; 305
14	304; 305
15	304; 305; 306
16	205; 403; 408; 410; 414; 415; 416; 417; 418; 419
17	-

Fonte: GRI (2021)

Todavia, nem todos os tópicos GRI possuem a mesma relevância para os diferentes cenários e setores de atuação de cada organização. O próprio *Global Report Initiative* destaca em seus manuais quatro princípios para definição do conteúdo de cada relatório: inclusão dos *stakeholders*, contexto de sustentabilidade,

materialidade e completude. A questão da materialidade aplicada no setor da Construção Civil brasileira foi especialmente estudada por Ferreira (2018) e Vieira (2021).

Em sua pesquisa, Vieira (2021) utilizou uma metodologia de apoio multicritério à decisão para comparar os tópicos GRI, de forma par a par, estabelecendo pesos para cada um dos itens e validando, por fim, essa ponderação com um conjunto de especialistas do segmento.

Como exemplo dos resultados obtidos, dentre os tópicos econômicos, percebe-se que o item 205 (combate à corrupção) é mais material do que o 203 (impactos econômicos indiretos); na esfera ambiental, os tópicos 303 (água) e 306 (efluentes e resíduos) foram considerados os mais relevantes, enquanto a dimensão social destacou as questões relacionadas ao trabalho escravo (409), trabalho infantil (408), saúde e segurança no trabalho (403). O Quadro 6 apresenta os pesos atribuídos por Vieira (2021) para cada um dos tópicos específicos.

Quadro 6 – Pesos dos tópicos GRI atribuídos por Vieira

Tópico	Peso na dimensão	Peso geral		Tópico	Peso na dimensão	Peso geral	
Econômico				Social			
201	0,140	0,047	3º	401	0,060	0,020	6º
202	0,127	0,042	4º	402	0,025	0,008	16º
203	0,115	0,038	6º	403	0,101	0,034	3º
204	0,126	0,042	4º	404	0,038	0,013	10º
205	0,345	0,115	1º	405	0,081	0,027	4º
206	0,148	0,049	2º	406	0,056	0,019	7º
				407	0,020	0,007	18º
Ambiental				408	0,130	0,043	1º
301	0,068	0,023	6º	409	0,116	0,039	2º
302	0,063	0,021	8º	410	0,034	0,011	13º
303	0,218	0,073	1º	411	0,037	0,012	11º
304	0,158	0,053	3º	412	0,032	0,011	14º
305	0,120	0,040	5º	413	0,053	0,018	8º
306	0,182	0,061	2º	414	0,023	0,008	17º
307	0,126	0,042	4º	415	0,030	0,010	15º
308	0,065	0,022	7º	416	0,064	0,021	5º
				417	0,011	0,004	19º
				418	0,036	0,012	12º
				419	0,053	0,018	8º

Fonte: Vieira (2021)

Para Ferreira (2018), muitas empresas do setor da construção já perceberam a importância de desenvolver relatórios de sustentabilidade, contudo, nem todas os elaboram de forma sucinta e completa. Embora as diretrizes GRI tenham sido desenvolvidas como uma forma de ajudar as organizações a prestar informações

sobre o seu desempenho ambiental, social e econômico, aumentando sua responsabilidade, na realidade, algumas empresas relatoras da GRI não se comportam como responsáveis pela sustentabilidade (HOHNEN, 2012)

Por fim, é importante salientar que se trata de um processo de melhoria contínua e muitas corporações ainda estão estruturando seus processos ESG e se adaptando à elaboração e divulgação de seus relatórios de sustentabilidade. Silva e Avelino (2015) destacam que a qualidade dos relatórios de sustentabilidade divulgados está apresentando uma tendência de melhora, principalmente após o surgimento de modelos que auxiliam na prática dos reportes.

2.5 O Setor da Construção Civil

O setor da Construção Civil ocupa lugar de destaque entre os setores da economia, em razão de sua elevada capacidade de geração de renda, empregos e melhoria na qualidade de vida da população. No cenário brasileiro, esse segmento representou, nas últimas duas décadas, cerca de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi responsável por empregar 7,5% da população formalmente ocupada (CBIC, 2021).

A cadeia de produção da construção é longa e complexa (GIL, 2021), possuindo características que a diferem das demais indústrias convencionais, conforme pontos destacados por Fabricio (2002): (i) operação pulverizada; (ii) produto com longo ciclo de vida; (iii) empreendimentos não repetitivos; (iv) heterogeneidade dos fornecedores; (v) escala de produção; e (vi) limitações de canteiro.

De acordo com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG, 2013), essa cadeia pode ser basicamente subdividida em quatro componentes: (i) indústria da construção – construtoras / incorporadoras; (ii) indústria de transformação – produtores da matéria prima; (iii) segmentos do comércio varejista e atacadista; e (iv) atividades de prestação de serviço – serviços técnicos, financeiros e seguros.

Ao mesmo tempo em que a Construção Civil desempenha importante papel social e econômico, contribuindo para a geração de empregos, para a redução do déficit habitacional e para a criação de infraestrutura – quesitos estes indispensáveis ao progresso –, quando comparada a outros setores produtivos, ela é a principal

consumidora de recursos naturais, sendo responsável por impactos ambientais e sociais bastante expressivos (FERREIRA, 2018).

Os **impactos ambientais** na Construção Civil são amplamente reconhecidos pela literatura (BARBALHO; PEREIRA; SANTOS, 2020; CONSTRUBUSINESS, 2021; CUNHA; BEUREN; CARDOZO, 2010). Estima-se que entre 40% e 75% das matérias-primas produzidas no planeta são destinadas ao segmento, e o consumo de cimento é maior do que o consumo de alimentos, perdendo apenas para o consumo de água (WBCSD, 2015).

A produção de cimento, caracterizado como o maior vilão do setor no quesito emissões de gases do efeito estufa (GEE), correspondendo a cerca de 5% das emissões globais de dióxido de carbono (VIEIRA, 2021).

Outro impacto ambiental significativo destacado pela literatura é a elevada geração de resíduos sólidos. No Brasil, os resíduos de construção e demolição (RDC) coletados pelos municípios têm crescido na última década, passando de 33 milhões de toneladas no ano de 2010 para 44,5 toneladas em 2019, o que corresponde a, aproximadamente, 60% de todos os resíduos sólidos urbanos coletados (SOUZA; ALVES, 2018).

Ainda na **dimensão ambiental**, merecem destaque os desperdícios e a má utilização de recursos naturais como a água e a madeira, além da expansão desordenada das cidades, que afeta as mais variadas formas de vida (GIL, 2021).

Segundo Gil (2021), de forma geral, as questões ambientais do setor da Construção Civil estão bem endereçadas pelas certificações ambientais dos projetos / edificações, e as principais certificações / etiquetas / selos de sustentabilidade da construção são: LEED; AQUA-HQE; BREEAM; Selo da Casa Azul; PROCEL Edifica (SIENGE, 2016).

Essas certificações permitem aos empreendimentos que seguirem determinadas diretrizes nas fases de projeto, construção e operação a catalogação e a agregação de valor. Os indicadores estão ligados à eficiência energética, à otimização da utilização dos recursos, à preocupação com o ciclo de vida da edificação, ao desempenho térmico, acústico e lumínico, à relação com o entorno, à implantação eficiente do canteiro e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, entre outros temas igualmente importantes.

Destacada a importância das certificações, Ferreira (2018) faz a ressalva de que elas apresentam um inventário do projeto / empreendimento, e não da lente corporativa. Ainda segundo o autor, é necessário que haja uma distinção cuidadosa entre os benefícios decorrentes de um projeto de construção sustentável e os que podem, ou não, ser experimentados pela empresa de construção (FERREIRA, 2018).

Percebe-se, portanto, que as análises podem partir de duas perspectivas: sob a ótica do empreendimento ou com o enfoque organizacional. Nesse sentido, por vezes, há uma compreensão difusa das dimensões de sustentabilidade, pois a ênfase das empresas volta-se, principalmente, para as demandas pontuais e imediatas do projeto, o que resulta no abandono das metas de longo prazo e das questões sistêmicas de sustentabilidade, que recebem pouca ou nenhuma atenção (FERREIRA, 2018). As certificações de sustentabilidade dos empreendimentos, logicamente, auxiliam na busca por padrões ESG das organizações, mas nem sempre os empreendimentos sustentáveis tornam as respectivas construtoras mais sustentáveis.

Partindo para a **temática social**, os impactos também são notáveis: o setor apresenta uma taxa de informalidade na casa dos 60% (CBIC, 2021), o que deixa seus trabalhadores desamparados da previdência social. Além da informalidade, a mão de obra da Construção Civil conta com baixo nível de instrução. Uma pesquisa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2021) aponta que apenas 7% dos colaboradores possuem o ensino médio completo.

Considerando as brechas das relações informais de trabalho, ainda nos dias de hoje, o setor da construção, lamentavelmente, apresenta situações de ocorrência de trabalho infantil e de trabalho forçado ou análogo à escravidão (FPA, 2017). De acordo com a lista de transparência divulgada pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, a indústria da construção é a que mais apresenta autuações em decorrência de trabalhos análogos à escravidão no meio urbano (FERREIRA, 2018).

Com relação à desigualdade racial, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), 63,9% dos trabalhadores do setor são negros, porém, representam apenas 26,9% das vagas em áreas de arquitetura e engenharia. Isso evidencia que, mesmo ocupando a maior parte dos postos laborais da

construção, os cargos exercidos têm, geralmente, qualificação e remuneração menores (GIL, 2021).

A Construção Civil também se destaca negativamente nas estatísticas de acidentes de trabalho, figurando sempre entre os setores com a maior ocorrência de acidentes, com o agravante de que, nesse ramo, tais ocorrências tendem a ser mais graves, com altas taxas de letalidade e mortalidade, quando comparado com outros setores (INSS, 2022).

Ainda destacando os impactos negativos da seara social, podem ser citados os impactos de vizinhança nas comunidades locais do entorno dos empreendimentos imobiliários.

Do ponto de vista da **governança**, a corrupção é, sem dúvida, a questão mais crítica. O Tribunal de Contas da União (TCU) estima que o Brasil já perdeu R\$ 300 bilhões com a corrupção em obras de infraestrutura (PACTO GLOBAL, 2022). O caso mais notório ocorreu em meados de 2014, quando foi instaurado um conjunto de investigações conhecido como Operação Lava-Jato.

A operação apurou esquemas que movimentavam bilhões de reais em propina, envolvendo empresas estatais, privadas e até mesmo políticos. Na ocasião, todas as sete maiores construtoras do país foram investigadas (e a maior parte punida); outras 16 construtoras foram consideradas suspeitas e os desdobramentos se prolongam até os dias atuais (GIL, 2021).

Entretanto, as empresas do setor, principalmente as integrantes do novo mercado de capitais, vêm avançando na estruturação de rígidos sistemas de *compliance* e cumprem as boas práticas de governança estipuladas como requisitos (B3, 2022). É oportuno lembrar que o efetivo combate à corrupção é essencial para o avanço da Agenda 2030 e seus ODS, especialmente o de número 16, que visa construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (PACTO GLOBAL, 2018 apud VIEIRA, 2021, p. 46).

Tecidas as considerações acerca dos potenciais impactos negativos do segmento da Construção Civil, é necessário o registro das contribuições positivas em diversos temas ESG e, inclusive, na melhoria da qualidade de vida de diversas pessoas, como por exemplo: (i) oferta de infraestruturas de saneamento básico; (ii) construção de moradias dignas; (iii) empregabilidade do setor; (iv) qualificação dos

funcionários; (v) programa sociais nas comunidades locais; e (vi) desenvolvimento econômico (CONSTRUBUSINESS, 2021).

Diante do exposto, pode-se dizer que o setor é um importante gerador de impactos ESG (positivos e negativos), de forma que a sustentabilidade se torna um dos desafios centrais dessa indústria. Segundo Ferreira (2018), as empresas brasileiras desse mercado, especialmente as maiores e mais estruturadas, já perceberam a importância do desenvolvimento sustentável, todavia, ainda estão agindo em um ritmo aquém do ideal.

No que se refere a esse tema, Gil teceu a seguinte consideração:

No Brasil, as ações de construtoras e incorporadoras mostram-se bastante tímidas frente à movimentação que empresas de outros setores vêm desempenhando nas temáticas ambientalista, social e de governança corporativa. O mercado da Construção Civil é historicamente conservador e pouco inovador, necessitando-se de mais tempo que os demais setores para sofrer mudanças de caráter mais rigoroso e irreversível. Entretanto, nesse cenário mercadologicamente impositivo que vem sendo desenhado, e frente ao grande impacto ambiental, social e corporativo que toda sua indústria representa no contexto nacional, pouco a pouco o posicionamento alinhado aos pilares do ESG tende a deixar de ser um diferencial e passará a ser uma demanda inegociável por parte dos consumidores. Mesmo reticente, o setor deve passar por um amadurecimento a fim de preservar a sua importância e relevância no nosso país. (GIL, 2021, p. 10)

De acordo com Souza, Batista Júnior e Ferreira (2015), um estudo realizado em 2013 mostrou que, na ocasião, apenas 10% das empresas do setor da construção civil listadas na bolsa de valores brasileira apresentavam relatórios de sustentabilidade. Enquanto Ferreira em 2018, verificou que 36% dentre as 58 principais empresas do setor divulgaram seus relatórios (FERREIRA, 2018).

Cunha (2010) destaca que o setor da construção apresenta um quadro defasado em relação ao impacto causado, sendo que o surgimento dos relatórios de sustentabilidade proporciona a oportunidade de avaliação mais consistente das empresas da indústria da construção.

Nesse contexto, a disseminação das práticas ESG deve aumentar o interesse e a iniciativa das empresas na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade. A pesquisa setorial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ressalta que informações ESG tendem a ser consideradas, cada vez mais, por investidores e consumidores, fomentando uma mudança geral de comportamento,

com desdobramentos em termos regulatórios, como já se vê atualmente na Europa (CONSTRUBUSINESS, 2021).

Por fim, Barbalho, Pereira e Santos (2020) ressaltam que as empresas de Construção Civil ainda têm um longo e necessário caminho a percorrer no item evidenciação de sustentabilidade, tendo em vista o tipo de atividades desenvolvidas, que estão intimamente ligadas aos seus impactos socioambientais.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DA PESQUISA

3.1 Determinação da Amostra – Principais Construtoras / Incorporadoras

Para definir uma amostra relevante das maiores empresas brasileiras do setor da Construção Civil, mais especificamente das empresas construtoras / incorporadoras, foram utilizados quatro *rankings* empresariais / setoriais: (i) revista Exame (2021) – “Melhores & Maiores 2021”; (ii) revista Valor Econômico (2021) – “Valor 1000 – As 1000 maiores empresas do Brasil em 2021”; (iii) revista O Empreiteiro (2021), dividida em duas categorias, a saber, “*Ranking* da engenharia brasileira 500” e “*Ranking* Nacional 2021 da Construção Imobiliária”; e (iv) premiação Intec (2021) – “*Ranking* Intec das 100 maiores construtoras”.

Como nenhum dos *rankings* selecionados é oficial ou soberano, optou-se por utilizá-los de forma combinada. Cada editorial apresenta uma lista das maiores empresas considerando parâmetros distintos e, portanto, não semelhantes; ademais, a participação dessas corporações em cada um dos *rankings* é opcional.

Para possibilitar uma combinação complementar, foram adotadas as publicações de 2021 (ano-base 2020), que contempla a divulgação mais recente dos quatro *rankings* pesquisados.

No *ranking* da revista Exame (2021) – “Melhores & Maiores 2021” constam 626 empresas de diversos setores, ordenadas pela receita líquida do ano de 2020, dentre as quais 30 são construtoras / incorporadoras. O Quadro 7 destaca as 10 primeiras colocadas, que foram selecionadas para este estudo.

Quadro 7 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo *ranking* da revista Exame

Revista EXAME – Empresas do setor da construção civil que figuram entre as melhores e maiores do Brasil no ano de 2021		
<i>Ranking</i> Exame	Empresa	Receita líquida (em R\$ x milhões)
103	MRV	6.646
169	Cyrela	3.824
253	Tenda	2.282
315	Andrade Gutierrez	1.682
317	Even	1.671
335	Direcional	1.501
373	Cury	1.145
395	Helbor	974
402	EZTEC	937
404	Plano & Plano	921

Fonte: Exame (2021)

De forma similar, no *ranking* da revista Valor Econômico (2021) – “Valor 1000 – As 1000 maiores empresas do Brasil em 2021”, é possível filtrar pelos setores de “construção e engenharia” e “empreendimentos imobiliários”. Assim, dentre as 1000 empresas listadas, 35 são construtoras / incorporadoras, sendo que as 10 melhor ranqueadas estão apresentadas no quadro 8.

Quadro 8 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo *ranking* da revista Valor Econômico

Revista VALOR ECONÔMICO – Empresas do setor da construção civil que figuram entre as 1000 maiores empresas do país		
Classificação Valor Econômico	Empresa	Receita líquida (em R\$ x milhões)
116	MRV	6.646
201	Cyrela	3.824
215	OEC	3.630
326	Tenda	2.282
421	Andrade Gutierrez	1.682
422	Even	1.671
445	Camargo Corrêa	1.595
460	Direcional	1.501
562	Cury	1.145
573	Queiroz Galvão	1.118

Fonte: Valor Econômico (2021)

A tradicional publicação da revista O Empreiteiro, que em 2021 celebrou a sua 50ª edição, apresenta diferentes metodologias para a composição dos seus *rankings*, todas dentro do contexto do setor da Construção Civil (como por exemplo, maiores projetistas, montadoras, etc.).

Para este estudo, foram selecionados (i) o *ranking* da engenharia brasileira, com as 500 maiores construtoras, e (ii) o *ranking* nacional da construção imobiliária, com as 54 maiores incorporadoras; ambos foram ordenados pelo faturamento bruto e as 10 primeiras colocadas em cada um dos casos estão listadas nos Quadro 9 e 10, respectivamente.

Quadro 9 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo *ranking* da engenharia brasileira da revista O Empreiteiro

Revista O EMPREITEIRO – Ranking da engenharia brasileira – 500 grandes da construção 2021		
<i>Ranking</i> OE – 500 grandes	Empresa	Receita bruta (em R\$ x milhões)
1	OEC	3.768
2	Andrade Gutierrez	1.794
3	Método Potencial Engenharia	1.229
4	Queiroz Galvão	1.209
5	Camargo Correa	1.164
6	Construcap	1.157
7	Barbosa Mello	998
8	Ferreira Guedes	968
9	CESBE	812
10	HTB Engenharia e Construção	764

Fonte: O Empreiteiro (2021)

Quadro 10 - As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo *ranking* nacional da construção imobiliária da revista O Empreiteiro

Revista O EMPREITEIRO – Ranking da engenharia brasileira – Ranking Nacional 2021 da Construção Imobiliária		
<i>Ranking</i> OE - Imobiliário	Empresa	Receita bruta (em R\$ x milhões)
1	MRV	6.791
2	Cyrela	3.926
3	Tenda	2.359
4	Even	1.736
5	Tegra	1.327
6	Cury	1.194
7	EZTEC	1.023
8	Plano & Plano	925
9	Trisul	911
10	You,Inc	688

Fonte: O Empreiteiro (2021)

Por fim, o último *ranking* utilizado foi o da Intec, em parceria com o Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (Secovi-SP), que classifica e homenageia as 100 maiores construtoras do ano, levando em

consideração a área construída. No Quadro 11, estão listadas as 10 primeiras colocadas.

Quadro 11 – As 10 primeiras construtoras / incorporadoras apresentadas pelo *ranking* da Intec

INTEC – <i>Ranking</i> Intec de construtoras – as 100 maiores construtoras do Brasil		
<i>Ranking</i> INTEC	Empresa	Área construída (m ² x mil)
1	Direcional	2.446
2	Tenda	1.480
3	MPD	1.310
4	Plaenge	1.260
5	Diálogo	997
6	Cyrela	955
7	Cury	924
8	Matec	732
9	Plano & Plano	694
10	Ribeiro Caram	674

Fonte: Intec (2021)

Nota-se que algumas empresas aparecem em mais de uma oportunidade, descartando, dessa forma, as duplicidades. O quadro 12 compila as 27 principais e mais relevantes construtoras / incorporadoras do país, que compõem a amostra a ser analisada neste estudo.

Quadro 12 – Compilado de empresas a serem consideradas no estudo

Andrade Gutierrez	Even	OEC
Barbosa Mello	EZTEC	Plaenge
Camargo Corrêa	Ferreira Guedes	Plano & Plano
CESBE	Helbor	Queiroz Galvão
Construcap	HTB Engenharia e Construção	Ribeiro Caram
Cury	Matec	Tegra
Cyrela	Método Potencial Engenharia	Tenda
Diálogo	MPD	Trisul
Direcional	MRV	You,Inc

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

3.2 Levantamento dos Relatórios de Sustentabilidade

Uma vez selecionadas as empresas, realizou-se uma busca dos seus respectivos relatórios de sustentabilidade, tanto por meio do banco de dados da *Global Reporting Initiative* (GRI, 2022), quanto pelos seus *sites* oficiais. Nas ocasiões em que os relatórios de sustentabilidade não foram localizados em nenhuma dessas

alternativas, como última tentativa, foram enviadas mensagens para o canal de atendimento disponibilizado pelas construtoras.

O Quadro 13 apresenta os resultados obtidos nessa busca. Para cada empresa da amostra, a princípio, foram levantadas três informações: (i) a empresa divulga algum tipo de relatório de sustentabilidade? (ii) o relatório de sustentabilidade divulgado está de acordo com as diretrizes do modelo GRI? (iii) qual é o ano-base do último relatório divulgado?

Quadro 13 – Divulgação de relatórios de sustentabilidade pelas construtoras / incorporadoras

Empresa	Possui relatório de sustentabilidade?	Padrão GRI?	Ano da última atualização
Andrade Gutierrez	NÃO	-	-
Barbosa Mello	SIM	SIM	2020
Camargo Corrêa	NÃO	-	-
CESBE	NÃO	-	-
Construcap	NÃO	-	-
Cury	NÃO	-	-
Cyrela	SIM	NÃO	-
Diálogo	NÃO	-	-
Direcional	NÃO	-	-
Even	SIM	SIM	2017
EZTEC	NÃO	-	-
Ferreira Guedes	NÃO	-	-
Helbor	NÃO	-	-
HTB Engenharia e Construção	NÃO	-	-
Matec	NÃO	-	-
Método Potencial Engenharia	NÃO	-	-
MPD	SIM	NÃO	-
MRV	SIM	SIM	2020
OEC	SIM	SIM	2019
Plaenge	NÃO	-	-
Plano & Plano	SIM	SIM	2020
Queiroz Galvão	SIM	SIM	2020
Ribeiro Caram	NÃO	-	-
Tegra	SIM	SIM	2020
Tenda	NÃO	-	-
Trisul	NÃO	-	-
You Construtora	NÃO	-	-
Total	9 de 27 – 33%	7 de 27 – 26%	5 de 27 – 18%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

No Gráfico 1, dentre as 27 empresas analisadas, observa-se que nove delas (33%) divulgaram algum tipo de relatório de sustentabilidade, sendo que sete (26%) apresentaram seus relatórios de acordo com o padrão GRI e apenas cinco (19%) publicaram os relatórios no último período possível (ano-base 2020).

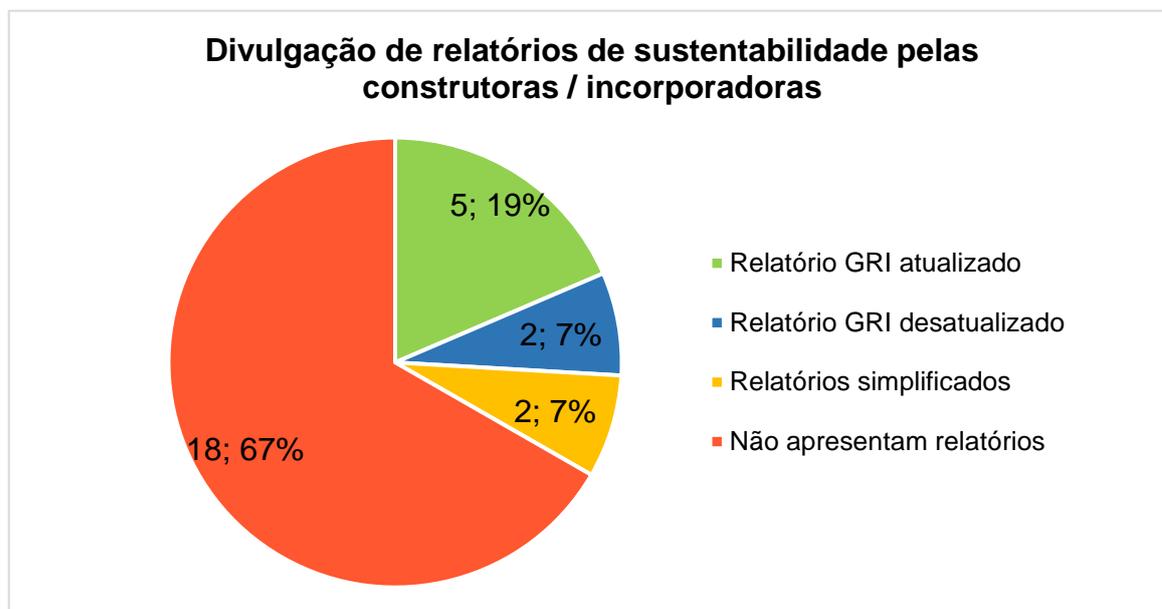
Os dados encontrados revelam que a maior parte das principais construtoras / incorporadoras brasileiras ainda não evidenciam suas práticas ESG por meio de relatórios de sustentabilidade (apenas 33%). O cenário encontrado está defasado quando comparado com os demais setores, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Uma pesquisa realizada pela KPMG (2020) com 5.200 companhias de diversos setores ao redor do mundo demonstra que 80% das empresas analisadas elaboram relatórios de sustentabilidade, sendo que, no Brasil, essa parcela aumenta para 85%. Quando considerado apenas o setor de construção, a nível global, o índice alcança os 72%, ou seja, bem acima dos 33% encontrados neste estudo para as construtoras / incorporadoras nacionais.

Todavia, o resultado obtido pode indicar uma evolução em relação aos dados de 2013. Na ocasião, ficou constatado que apenas 10% das construtoras brasileiras listadas na bolsa publicavam relatórios de sustentabilidade (SOUZA; BATISTA JÚNIOR; FERREIRA, 2015). Se comparado com os dados de 2018, quando foi possível observar que 36% dentre as 58 principais empresas do setor Construção Civil, selecionadas por Ferreira (2018), apresentaram seus relatórios de sustentabilidade no padrão GRI (FERREIRA, 2018), esse índice representa uma estagnação, ou até um pequeno retrocesso.

Uma ressalva metodológica se faz necessária, tendo em vista que os estudos supracitados utilizaram amostras diferentes do presente trabalho. Souza, Batista Júnior e Ferreira (2015) focaram no universo das 20 empresas do setor da construção listadas na bolsa de valores na ocasião do estudo, enquanto Ferreira (2018) compilou as 25 melhor classificadas em 4 *rankings* setoriais e chegou em uma amostra com as 58 'maiores' empresas do setor da construção. Dessa forma, os estudos não podem ser diretamente comparados, mas foram utilizados como parâmetros de exemplo nesse trabalho.

Gráfico 1 – Divulgação de relatórios de sustentabilidade pelas construtoras / incorporadoras



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os relatórios de sustentabilidade são, via de regra, o ponto de partida para a análise das empresas no que se refere à temática ESG. Além disso, a iniciativa de publicação dos relatórios demonstra um compromisso com o desenvolvimento sustentável, promovendo maior credibilidade e legitimidade junto aos seus *stakeholders*.

Apesar das tendências, das vantagens competitivas e dos diferentes incentivos, a adoção dos relatórios ainda é voluntária, sendo que, no presente estudo, ficou constatado que a maior parte das construtoras / incorporadoras nacionais (66%, ou 18 empresas) ainda está relutante com o uso dessa ferramenta. Como possíveis causas, destacam-se: (i) falta de pressão setorial (*benchmarking*); (ii) incipiente demanda por parte da sociedade; (iii) inexigências legais; e (iv) alto custo para desenvolver e atualizar os relatórios de sustentabilidade (VIEIRA, 2021).

Silva e Avelino (2015) salientam que o fato de pertencerem ao mesmo setor econômico não necessariamente implica em um nível semelhante de entendimento e maturidade ESG. Quando procuradas por este estudo, uma das empresas que opta por não divulgar relatórios de sustentabilidade afirmou que possui diversas ações de sustentabilidade, entre elas edifícios certificados, programas de eficiência energética e processos para destinação adequada de resíduos, contudo, no momento, prefere divulgar essas ações de outras formas, como por exemplo, por meio da publicação de matérias em seu *site* e nas redes sociais. O representante também destacou a

necessidade de uma validação mais robusta dos relatórios para evitar a prática de *greenwashing*.

De fato, trata-se de um problema observado por diversos autores. Siew (2015) aponta que há indícios de que algumas corporações não relatem a realidade fidedigna em seus relatórios, utilizando-os como ferramenta de *marketing*, pois há brechas para ocultar pontos negativos relacionados a tópicos sensíveis e materiais, enquanto destacam-se demasiadamente os pontos positivos, mas sem tanta relevância para o contexto de determinado setor.

Entretanto, as metodologias de divulgação têm se aprimorado constantemente a cada geração de relatório e com a disseminação de seus usos. Alguns estudos buscam identificar quais são os temas mais materiais para cada setor, como é o caso de Vieira (2021) e Ferreira (2018). Ademais, a padronização dos relatórios em uma formatação específica, como é o caso das normas GRI, colabora para a realização de comparações e *benchmarks*, desestimulando as práticas de *greenwashing*.

Segundo Vieira (2021), a prática de publicar relatórios de sustentabilidade tende a refletir em uma melhora no desempenho sustentável da organização, uma vez que, para possibilitar a publicação, o monitoramento e a mensuração de diversos indicadores-chave são fundamentais.

Nesse contexto, as nove empresas selecionadas para este estudo que já possuem uma cultura de reporte ESG, em tese, largam na frente das demais. São elas: (i) Barbosa Mello; (ii) Cyrela; (iii) Even; (iv) MPD; (v) MRV; (vi) OEC; (vii) Plano & Plano; (viii) Queiroz Galvão; e (ix) Tegra.

É válido destacar que, dentre as construtoras que publicam algum tipo de relatório de sustentabilidade, a Cyrela e a MPD optaram por não seguir o padrão GRI.

A primeira empresa citada decidiu por divulgar, em seu *site*, apenas um relatório de compromissos, no qual abordou questões ESG e se comprometeu a desenvolver uma matriz de materialidade no próximo ano, mas não aprofundou seu relato no nível de evidenciação proposto pela GRI.

Enquanto isso, a MPD divulgou um relatório de sustentabilidade simplificado, abrangendo alguns tópicos sociais, ambientais e de governança, mas também sem utilizar a parametrização de tópicos proposta pela GRI, ou seja, não adotou os

indicadores previstos nos tópicos específicos de cada dimensão, dificultando comparações com outras empresas.

O padrão GRI é amplamente reconhecido e adotado mundialmente, sendo este um dos principais motivadores para a sua utilização. A padronização das diretrizes GRI possibilita a comparação com as práticas e desempenhos de outras organizações, independentemente do porte, do setor ou do contexto. Nessa linha, é recomendável que as empresas considerem essa formatação para divulgar seus relatórios.

Na sequência da análise, observa-se que, dentre as construtoras que publicaram os seus relatórios no padrão GRI, a OEC e a Even não os mantiveram atualizados até o ano deste estudo.

A OEC possui um vasto histórico de divulgação de relatórios de sustentabilidade, inclusive com destaque positivo em pesquisas anteriores, como as desenvolvidas por Vieira (2021) e Ferreira (2018), mas, desde 2019, optou por interromper a divulgação. Com relação à Even, o último relatório publicado corresponde ao ano-base de 2016, interrompendo uma sequência de oito anos de publicações contínuas. O motivo da interrupção não foi divulgado por nenhuma das duas empresas.

Então, ao fim dos filtros realizados neste levantamento, restaram apenas cinco empresas (19%) com relatórios padrão GRI atualizados e que serão o foco do aprofundamento dos estudos na próxima seção. São elas: (i) Barbosa Mello; (ii) MRV; (iii) Plano & Plano; (iv) Queiroz Galvão; e (v) Tegra.

3.3 Nível de Evidenciação dos Relatórios – Método da Porcentagem

Nesta etapa, foram investigados os relatórios de sustentabilidade das empresas selecionadas, a fim de identificar a presença de cada um dos tópicos do padrão GRI e propiciar comparações, análises e discussões entre os diferentes relatos. Esses dados foram tabulados no Quadro 14, que discrimina a presença de cada tópico em cada relatório de sustentabilidade produzido pelas cinco empresas selecionadas na seção anterior.

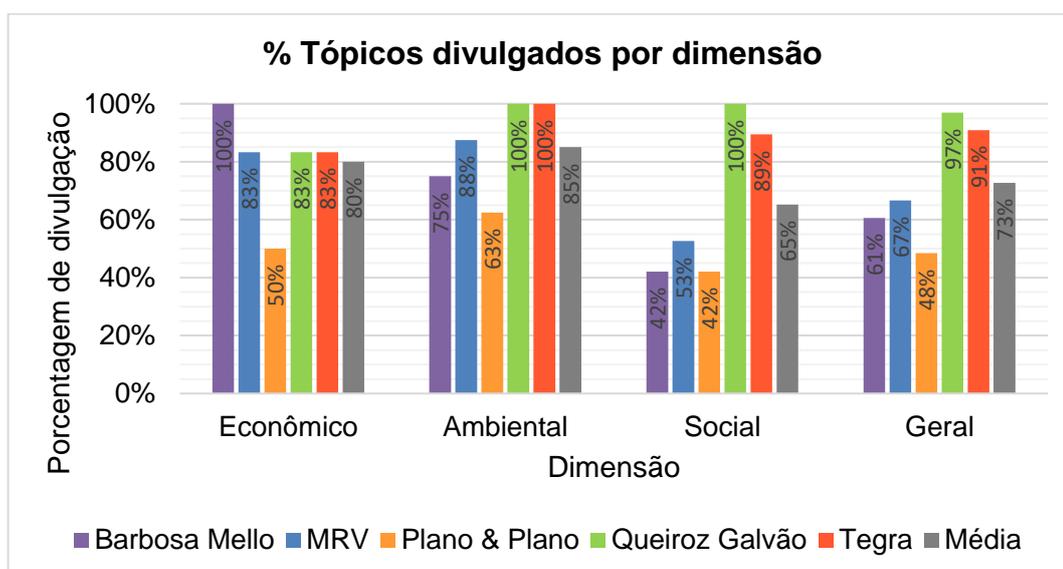
Quadro 14 – Tópicos divulgados nos relatórios de sustentabilidade GRI das empresas selecionadas

Empresa		Barbosa Mello	MRV	Plano & Plano	Queiroz Galvão	Tegra	
							Tópico GRI
Econômicos	201	x	x	x	x	x	
	202	x	x				
	203	x	x	x	x	x	
	204	x	x	x	x	x	
	205	x	x		x	x	
	206	x			x	x	
Ambientais	301	x	x	x	x	x	
	302	x	x	x	x	x	
	303	x	x	x	x	x	
	304				x	x	
	305	x	x		x	x	
	306	x	x	x	x	x	
	307	x	x	x	x	x	
	308		x		x	x	
Sociais	Práticas trabalhistas e trabalho decente	401		x	x	x	x
		402				x	
		403	x	x	x	x	x
		404	x	x	x	x	x
		405		x	x	x	x
	Direitos humanos	406		x	x	x	x
		407				x	x
		408				x	x
		409	x	x		x	x
		410				x	
		411				x	x
		412	x			x	x
	Sociedade	413	x	x	x	x	x
		414	x	x		x	x
		415	x			x	x
		419	x	x		x	x
	Responsabilidade pelo produto	416		x	x	x	x
		417				x	x
418				x	x	x	

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Com as informações do Quadro 14, é possível determinar o nível de evidenciação dos tópicos para cada uma das dimensões de sustentabilidade (econômica, ambiental e social), em cada um dos relatórios, além da média entre as empresas estudadas. Essas informações são ilustradas pelo gráfico 2.

Gráfico 2 – Porcentagem de tópicos divulgados por dimensão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Percebe-se que a divulgação da dimensão ambiental se sobressaiu em relação às demais, com um percentual médio de relato de 85% dos tópicos, seguida de perto pela dimensão econômica (80%) e com uma grande diferença para a área social, que teve apenas 65% de seus tópicos divulgados. A média geral de divulgação dos tópicos GRI dentre os cinco relatórios foi de 73%.

O resultado encontrado está em linha com o registrado na literatura. Segundo Gewehr, Barata e Alves (2019), os indicadores ambientais são historicamente mais reportados; Vieira (2021) e Silva e Avelino (2015) também constataram a prevalência dos tópicos ambientais nas práticas de reporte das empresas de construção.

De acordo com a Fiesp (2021), a dimensão ambiental é dominante na cadeia da construção, sendo que as certificações ambientais dos projetos e dos empreendimentos contribuem significativamente nessa esfera.

Por outro lado, a divulgação dos tópicos sociais apresenta o pior desempenho dentre as três dimensões, em média, apenas 65% de reporte. Tal fato evidencia a necessidade de aperfeiçoamento nessa área, tendo em vista os variados e graves impactos do setor da construção civil na temática social.

O baixo desempenho na divulgação dos tópicos sociais também ficou demonstrado em outros estudos da literatura (GIL, 2021; VIEIRA, 2021), refletindo,

em certa medida, a mentalidade de *stakeholders* influentes no processo de tomada de decisão.

Em meados de 2020, o Itaú BBA realizou uma pesquisa com investidores brasileiros e estrangeiros, indagando: “Dos três pilares do ESG, qual você considera o mais importante?”. A dimensão social não foi citada uma única vez (VC S/A, 2021).

Considerando as três dimensões conjuntamente, a média geral de divulgação dos tópicos ficou em 73%, o que pode ser visto como uma evolução em relação ao estudo de Faria et al. (2016), que compilou as informações dos relatórios de sustentabilidade do ano de 2014 de 3 empresas do setor (EVEN, MRV e Tecnisa) e constatou um percentual de divulgação de 43%.

Na sequência da análise do cenário geral e dos desempenhos médios das publicações em cada dimensão, pode-se examinar comparativamente a porcentagem de divulgação dos tópicos entre as empresas.

Nesse contexto, verifica-se que o relatório da Queiroz Galvão foi o mais completo, abarcando 97% dos tópicos, seguido pela Tegra, com 91% de relato. Considerando cada dimensão individualmente, a Barbosa Mello destacou-se na divulgação do quesito econômico (100%), enquanto a Queiroz Galvão, em conjunto com a Tegra, se sobressaiu esfera ambiental (100%). Finalizando, novamente a Queiroz Galvão foi a melhor classificada na dimensão social (97%).

3.4 Nível de Evidenciação dos Relatórios – Método da Ponderação

A análise dos relatórios pelo método da porcentagem de presença de tópicos é válida, mas, como visto, não é a única forma. Considerando que alguns tópicos são mais relevantes para determinados setores do que para outros, Vieira (2021) elaborou uma ponderação de materialidade para o setor da Construção Civil, estabelecendo pesos para cada um dos tópicos, por meio de uma análise multicritério de suporte à decisão. Esse método proposto por Vieira (2021) possibilita uma comparação mais condizente e contextualizada dos relatórios, além de auxiliar nos desempates, para os casos em que o percentual de divulgação é igual.

No modelo de Vieira (2021), a pontuação final, que representa o nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade, é obtida pelo somatório da multiplicação

de cada um dos tópicos ali presentes (Quadro 14), pelo seu respectivo peso (Quadro 6). A Equação 1 apresenta a pontuação do nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade utilizada neste trabalho.

$$Pontuação = \sum_{i=1}^{33} presença\ do\ tópico_i \times peso\ do\ tópico_i \quad (1)$$

Dessa forma, aplicada a Equação 1, tem-se como resultado o Quadro 15, que apresenta a pontuação do nível de evidenciação para os relatórios de cada empresa, bem como para cada dimensão.

Quadro 15 – Nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade – Método da ponderação

Empresa	Dimensão							
	Econômico		Ambiental		Social		Geral	
Barbosa Mello	1,000	1º	0,777	4º	0,446	5º	0,744	4º
MRV	0,853	4º	0,842	3º	0,645	3º	0,783	3º
Plano & Plano	0,381	5º	0,657	5º	0,489	4º	0,511	5º
Queiroz Galvão	0,874	2º	1,000	1º	1,000	1º	0,961	1º
Tegra	0,874	2º	1,000	1º	0,941	2º	0,942	2º
Média	0,796	-	0,855	-	0,704	-	0,788	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Nesse caso, observa-se que a ordem absoluta geral entre as empresas não se alterou, mesmo com mudança dos métodos de análise (do percentual para o ponderado), ou seja, o relatório da Queiroz Galvão continuou sendo considerado o mais completo, seguido pelos relatórios da Tegra, MRV, Barbosa Mello e Plano & Plano.

Todavia, quando analisadas as classificações de cada dimensão separadamente, notam-se sutis alterações, como no caso do desempate na esfera econômica entre as empresas MRV, Queiroz Galvão e Tegra.

As três empresas publicaram 83% dos tópicos econômicos, contudo, as duas últimas divulgaram o tópico 206 (concorrência desleal), que possui maior materialidade para o setor da Construção Civil, enquanto a MRV optou por divulgar o tópico 202 (presença de mercado). Conseqüentemente, a Queiroz Galvão e a Tegra ficaram à frente da MRV na esfera econômica, levando em conta a análise pelo método ponderado.

Um desempate similar ocorreu na esfera social entre as empresas Barbosa Mello e Plano & Plano.

Este estudo, portanto, constatou que não houve alterações significativas entre os resultados obtidos pelos diferentes métodos de análise, o que não desqualifica a proposição de Vieira (2021), que se mostrou como um critério de desempate válido.

Destaca-se ainda que o método de Vieira (2021) pode ser especialmente útil quando consideradas amostras maiores, ou seja, com um maior número de participantes.

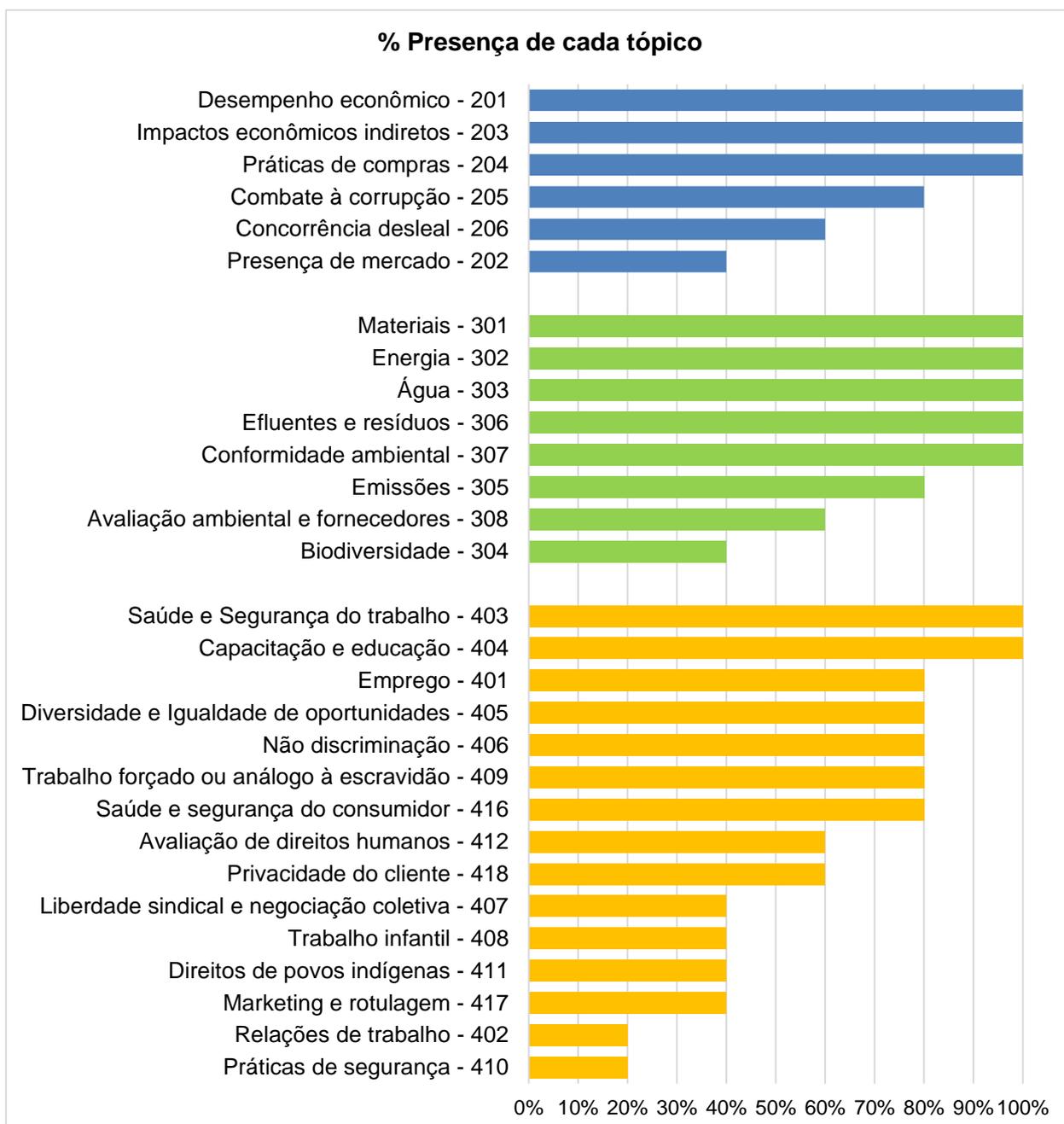
Retomando a ótica do desempenho médio geral, os relatórios ora analisados (ano-base 2020) apresentaram uma melhora relativa no nível de evidenciação em relação aos estudados por Vieira, entre os anos de 2016 e 2019. A pontuação média geral deste estudo foi de 0,788, representando melhora de 10,32% em relação à pesquisa anterior, cuja pontuação foi de 0,714. Com a ressalva, que o estudo de Vieira (2021) considerou uma amostra diferente e, portanto, não pode ser diretamente comparado com o presente trabalho. Na ocasião Vieira (2021), focou suas análises nos relatórios das 6 empresas do setor da construção que disponibilizavam seus relatórios na plataforma da GRI entre os anos de 2017 a 2020.

Dessa forma, os dois métodos apontam que o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor da Construção Civil melhorou, no entanto, registra-se a ressalva de que poucos foram os estudos que se propuseram a realizar tais análises. Essas pesquisas são fundamentais para verificar se essa tendência de melhora se confirma, inclusive levando em consideração a manutenção da metodologia e da amostra, para assim, propiciar comparações mais assertivas.

3.5 Detalhamento da Evidenciação por Tópico GRI

Dando sequência ao estudo dos relatórios de sustentabilidade, com maior nível de detalhamento, pode-se analisar a recorrência dos tópicos GRI em cada uma das dimensões, com o propósito de identificar quais assuntos foram os mais abordados e quais foram mais deficitários nos relatórios de sustentabilidade das cinco empresas selecionadas. O gráfico 3 apresenta o resultado desse levantamento.

Gráfico 3 – Porcentagem de presença de cada tópico



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Na **dimensão econômica** (série 200), os tópicos mais abordados foram: 201 (desempenho econômico), 203 (impactos econômicos indiretos) e 204 (práticas de compra). O tópico 205 (combate à corrupção) aparece em 80% dos relatos, seguido do 206 (concorrência desleal), com 60%, e do 202 (presença de mercado), com 40%.

É válido destacar que os dois tópicos considerados por Vieira (2021) como os mais materiais (205 e 206) não foram reportados em todos os relatórios estudados.

As informações sobre o combate à corrupção e a concorrência desleal são fundamentais no campo da Governança Corporativa e Ética Empresarial, e a opção de algumas empresas por não divulgar tais informações demonstra uma lacuna de incertezas, que pode ser interpretada pelos *stakeholders*, no pior cenário, como uma omissão de condutas inadequadas e, conseqüentemente, como um risco da empresa.

Na **esfera ambiental** (série 300), os tópicos 301 (materiais), 302 (energia), 303 (água), 306 (efluentes e resíduos) e 307 (conformidade ambiental) apareceram em todos os relatos, enquanto o tópico 305 (emissões) tem ocorrência de 80%, o tópico 308 (avaliação ambiental de fornecedores) tem 60% e o 304 (biodiversidade), apenas 40%.

Nota-se que os temas considerados mais materiais para a dimensão ambiental (303 e 306) foram devidamente reportados em 100% dos relatórios estudados, demonstrando alinhamento das empresas do setor da construção com as prioridades na temática ambiental. Além disso, de acordo com Gewehr, Barata e Alves (2019), os aspectos energia, água, emissões, efluentes e resíduos são considerados pelas empresas como os mais importantes, o que se reflete em vantagens financeiras, pois o monitoramento desses indicadores auxilia na diminuição dos gastos.

A questão das emissões de GEE, embora importante, não foi relatada por todas as construtoras, talvez pela dificuldade de obtenção dos dados precisos de toda a cadeia de produção. Tal dificuldade também implica na baixa divulgação do tópico 308.

No que concerne à **seara social** (série 400), os tópicos mais abordados foram: 403 (saúde e segurança do trabalho), 404 (capacitação e educação) e 413 (comunidades locais). Com aparecimento em 80% dos relatos ficaram os tópicos 401 (emprego), 405 (diversidade e igualdade de oportunidades), 406 (não discriminação), 409 (trabalho forçado ou análogo à escravidão), 414 (avaliação social de fornecedores), 416 (saúde e segurança do consumidor) e 419 (conformidade socioeconômica). Em seguida, os tópicos 412 (avaliação de direitos humanos), 415 (políticas públicas) e 418 (privacidade do cliente) foram relatados em 60% das publicações.

Ainda na dimensão social, os tópicos 407 (liberdade sindical e negociação coletiva), 408 (trabalho infantil), 411 (direitos de povos indígenas) e 417 (*marketing* e

rotulagem) surgem em 40% das vezes e os tópicos 402 (relações de trabalho) e 410 (práticas de segurança) são os que menos aparecem, com apenas 20%, mesmo considerando todas as esferas.

Observa-se que as premissas basilares abordadas pelos tópicos de trabalho análogo à escravidão e ao trabalho infantil não foram relatadas por todas as empresas, demonstrando desalinhamento com a Agenda 2030, em especial, com o ODS 8 (trabalho decente). O baixo nível de reporte desses tópicos também foi constatado no estudo de Vieira (2021).

O destaque positivo na dimensão social foi o tópico saúde e segurança do trabalho, reportado em 100% das oportunidades, manifestando a preocupação das empresas do setor em monitorar e mitigar os riscos ocupacionais aos quais os seus colaboradores estão expostos. Vale lembrar que a construção civil possui altos índices de acidente de trabalho, quando comparado com outros setores (INSS, 2022).

As ações de capacitação e de educação (tópico 404), tanto dos colaboradores quanto da comunidade local, também foram um ponto de destaque nos relatórios pesquisados, com 100% de presença. Esse tópico é relevante para as empresas do ramo, uma vez que a média de seus trabalhadores apresenta baixo nível de escolaridade e carece de capacitação para desempenhar determinadas funções laborais. Além disso, a melhora do nível educacional proporciona mais dignidade para os colaboradores.

Vale registrar que o levantamento realizado nesta pesquisa se deteve na investigação de quais tópicos GRI foram publicados (ou não publicados) nos relatórios de sustentabilidade das construtoras / incorporadoras selecionadas, e não se atentou para o conteúdo da publicação em si, mas para a iniciativa de publicizar as informações requeridas pelo padrão da GRI.

Isso não significa que a não divulgação de dados de determinado tópico pela empresa “X”, como por exemplo, trabalho infantil, implica na suposição de que ela esteja necessariamente desrespeitando ou infringindo as normas abordadas por esse tópico, todavia, demonstra uma negligência no nível de reporte, propiciando dúvida aos *stakeholders* que acessarem tal relatório.

Por outro lado, o simples fato de uma empresa optar pela divulgação de um tópico, como por exemplo, combate a corrupção, não representa que a mesma possua

um bom desempenho nessa temática, mas demonstra sua disposição em prestar informações transparentes aos agentes envolvidos.

Dessa forma, fica claro que o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade não se correlaciona com o desempenho ESG das organizações, contudo, coloca-se como premissa imprescindível para subsidiar análises e comparações, propiciando ponto de partida para a elaboração de um mapeamento das condições atuais, e embasar as ações de melhoria nos campos ambiental, social e de governança.

Em síntese, superada a dificuldade das empresas em relatar, de forma estruturada, as ações e impactos ESG, o foco deverá voltar-se para a análise crítica da qualidade e dos desdobramentos do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, a fim de aproximar-se do chamado Desenvolvimento Sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que o movimento ESG é uma realidade que vem ganhando força tanto no cenário brasileiro quanto internacionalmente, devido às demandas impositivas que advém, principalmente, do mercado financeiro, mas também das diferentes partes envolvidas (clientes, colaboradores, governo, sociedade) que reivindicam o Desenvolvimento Sustentável das organizações para além do crescimento meramente econômico, ou seja, em consonância com as questões Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa.

As práticas ESG estão alinhadas com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Dessa forma, as organizações comprometidas com a temática ESG são legitimadas perante a sociedade e, de certa maneira, recompensadas pelos diversos *stakeholders*.

Inserido nesse contexto, o setor da Construção Civil possui elevada relevância, sendo responsável por grandes impactos ambientais, sociais e econômicos; assim, conseqüentemente, as empresas desse mercado devem se enquadrar de forma apropriada aos fatores ESG, seja para mitigar seus impactos ou para prestar contas aos interessados. A revisão teórica realizada neste trabalho revela que, atualmente, a adoção de práticas ESG pelas empresas é um diferencial competitivo que agrega valor, mas que, com o passar dos anos, tende a se estabelecer como premissa básica.

Os relatórios de sustentabilidade, em especial o padrão GRI, são as ferramentas reconhecidamente mais adequadas para que as organizações divulguem suas informações ESG de forma organizada e estruturada, permitindo análises e comparações entre elas, bem como a evolução do desempenho ao longo dos anos. O reporte de sustentabilidade tem sido utilizado pela maioria das principais organizações ao redor do mundo, dos mais diversos setores.

Ademais, o presente estudo também constatou que, entre as principais construtoras / incorporadoras brasileiras, a prática de divulgação de relatórios de sustentabilidade ainda se encontra aquém do necessário, pois apenas 33% das empresas selecionadas publicaram o relatório no ano de 2020. Em um rol de 27 empresas, nove apresentaram algum tipo de relatório de sustentabilidade, sendo que,

dessas, sete o fizeram no formato GRI e apenas cinco os mantiveram atualizados até o ano de 2020.

As construtoras / incorporadoras que apresentaram o relatório GRI atualizado foram a Barbosa Mello, MRV, Plano & Plano, Queiroz Galvão e Tegra. O resultado encontrado representa uma melhora quando comparado a um estudo semelhante realizado anos atrás, mas com defasagem se comparado à prática de reporte de outros setores e de outros países.

Analisando os conteúdos dos relatórios então publicados, fica demonstrada a prevalência da divulgação dos tópicos ambientais, com 85% de reporte, seguido pelos tópicos econômicos, com 80%, e sociais, com apenas 65%. Logo, torna-se evidente a necessidade de melhoria na dimensão social dos relatos.

O nível de evidenciação médio dos tópicos GRI pelo método da porcentagem ficou em 73%, enquanto a pontuação pelo método da ponderação ficou em 0,788. Tais resultados apresentam melhoria na completude dos relatórios, quando comparados com estudos semelhantes de anos anteriores.

O relatório da empresa Queiroz Galvão apresentou o maior nível de evidenciação geral de tópicos GRI, independentemente da metodologia de análise (97% e 0,961). A Barbosa Mello destacou-se nos tópicos da dimensão econômica, enquanto a Tegra obteve maior êxito na esfera ambiental, em conjunto com a própria Queiroz Galvão, que foi a primeira colocada também dentre os tópicos sociais.

Apesar da melhora nos níveis de evidenciação dos relatórios, é alarmante a descoberta de que alguns tópicos nevrálgicos ainda não são relatados por todas as empresas, dentre eles, os tópicos 205 (combate a corrupção), 206 (concorrência desleal), 409 (trabalho forçado ou análogo à escravidão) e 408 (trabalho infantil).

Partindo do pressuposto de que a divulgação de informações ESG completas e estruturadas são fundamentais, a pesquisa documental realizada neste trabalho focou no levantamento da quantidade de relatórios de sustentabilidade publicados por empresas do setor da construção, bem como a ocorrência de cada tópico GRI nesses reportes.

Não coube ao escopo deste estudo a análise criteriosa da qualidade do conteúdo da informação publicada, sendo essa a maior limitação encontrada, no

entanto, outras limitações podem ser citadas, como a utilização de dados secundários, a amostra pequena e o recorte temporal de apenas um ano.

Sendo assim, para estudos futuros, sugere-se a replicação das metodologias de análise dos relatórios de sustentabilidade nos próximos anos, com o intuito de verificar tendências. Além disso, propõe-se expandir o universo amostral para o maior número possível de construtoras / incorporadoras.

Por fim, com o objetivo de verificar se os reportes de sustentabilidade se traduzem na prática em empresas com melhor desempenho ESG, a análise aprofundada da qualidade do conteúdo das publicações é fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, R. Triple bottom line: O tripé da sustentabilidade. **Sustentabilidade agora**, 2021. Disponível em: <<https://sustentabilidadeagora.com.br/tripe-da-sustentabilidade-triple-bottom-line/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

B3. O que é o ISE B3. **ISEB3**, 2022. Disponível em: <<http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

B3. Sustentabilidade nas empresas, 2022. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/antigo/produtos-e-servicos/empresas/governanca-corporativa/sustentabilidade/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

B3; GRI; CVM. **Mercado de Capitais e ODS**, 2021. Acesso em: 02 mar. 2022.

BARBALHO, C. R.; PEREIRA, R. D. S.; SANTOS, A. G. D. S. Evidenciação ambiental das empresas de construção civil à luz da norma brasileira de contabilidade. *In*: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 22. 2020, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, nov. 2020.

BCB. Fintechs. **Banco Central do Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/fintechs>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BEZERRA, V. J. F. **Environmental, Social And Governance (ESG) e o comportamento dos indicadores econômico-financeiros das empresas listadas na B3 durante a Pandemia da Covid-19**. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Ciências Contábeis, Natal, 2021.

CABETTE, A. F. O que é ESG e como avaliar as práticas de uma empresa na bolsa de valores. **Infomoney**, 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/o-que-e-esg-e-como-avaliar-as-praticas-de-uma-empresa-na-bolsa-de-valores/>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CAVALCANTI, L. Índice ESG: entenda o conceito e o impacto na gestão empresarial. **Linkana**, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.linkana.com/blog/indice-esg/>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CBIC. Banco de dados CBIC. **CBIC**, 2021. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/home/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

COIMBRA, R. M. N.; MANTOVANELI, O. J.; SILVA, J. M. M. Indicadores de desenvolvimento em agenda globais: A contribuição dos ODM e ODS na construção da governança para o desenvolvimento sustentável. **Globalização em tempos de regionalização - Repercussões no território**, Santa Catarina do Sul, set. 2015.

CONSTRUBUSINESS. A cadeia produtiva da construção acelerando a retomada brasileira pós-pandemia. *In*: Congresso Brasileiro da Construção, 14. [S.I.]. 2021.

CORRÊA, R.; RIBEIRO, H. C. M. Evolução do relatório de sustentabilidade Global Reporting Initiative - GRI 20 anos de aplicação. **AOS - Amazônia Organizações e Sustentabilidade**, v. 9, p. 294-311, dez. 2020. ISSN 2.

CUNHA, P. R. D.; BEUREN, I. M.; CARDOZO, L. Evidenciação social e ambiental nos relatórios da administração de empresas do setor de construção civil. **Revista Produção On Line**, v. 10, n. 2, jun. 2010.

ETHOS. CEOs acham que falta esforço pela sustentabilidade nas empresas. **Instituto ETHOS**, 2022. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/ceos-acham-que-falta-esforco-pela-sustentabilidade-nas-empresas/>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

EXAME. **Revista Exame - Melhores & Maiores 2021**, 2021. Disponível em: <<https://mm.exame.com/maiores-empresas/>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FABRICIO, M. M. **Projeto simultâneo na construção de edifícios**, 2002. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FARIA, A. C. D. F. et al. Indicadores de Sustentabilidade no segmento de Construção Civil: Uma Pesquisa Documental. *In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade*, 5., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2016.

FERREIRA, T. C. **Impactos e desafios da construção civil brasileira para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2018. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração de Organizações na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

FIEMG, F. D. I. D. E. D. M. G. **Contribuição econômica e social da cadeia produtiva da construção de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2013.

FINK, L. Carta de Larry Fink aos CEOs. **BlackRock**, 2020. Disponível em: <<https://www.blackrock.com/br/larry-fink-ceo-letter>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GARCIA, A. S.; ORSATO, R.; MENDES, W. D. S. O desempenho ESG - Environmental, Social and Governance em diferentes ambientes institucionais. *In: International workshop advances cleaner production*, 6., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: mai. 2017. p. 11.

GEWEHR, F. C.; BARATA, A. J. S. S.; ALVES, R. R. Análise de práticas sustentáveis em empresas que utilizam relatório Global Reporting Initiative. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v. 7, dez. 2019. ISSN 8.

GIL, L. A. **Análise da conjuntura de incorporadoras e construtoras frente ao movimento ambiental, social and governance - ESG no Brasil**, 2021. Trabalho de Diplomação apresentado ao Departamento de Engenharia Civil, Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

GRANT THORNTON; XP INC. **ESG e as empresas de capital aberto**. [S.l.]. 2021.

GRI - GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Sustainability Disclosure Database**, 2022. Disponível em: <<http://database.globalreporting.org>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GRI. **Glossário das Normas GRI**. 31. 2020.

GRI. **Linking the SDGs and GRI Standarts**. Amsterdã. 2021.

GRI. **A short introduction to the GRI standarts**. [S.I.]. 2022.

GRI, G. R. I., 2022. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FPA - FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Construção civil já é o terceiro setor que mais emprega 'escravos'**. 2017. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2017/11/07/construcao-civil-ja-e-o-terceiro-setor-que-mais-emprega-escravos/>>. Acessado em: 19/05/2022.

HOHNEN, P. The future of sustainability reporting. **EEDP Programme Paper 2012/02**, Chatham House, London, 2012.

IBGE. PAIC - Pesquisa Anual da Indústria da Construção. **Portal do IBGE**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9018-pesquisa-anual-da-industria-da-construcao.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. **Dados estatísticos: saúde e segurança ocupacional do trabalhador**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador>>. Acesso em: 19/05/2022.

INTEC. Premiação Ranking INTEC 2021. **Ranking INTEC das 100 maiores construtoras**, 2021. Disponível em: <<https://100maioresconstrutoras.com.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

IPEA. Os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. **Instituto de Pesquisa Economica Aplicada**, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3263&catid=>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

IUCN, I. U. F. C. O. N. R. **World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development**. [S.I.]. 1980.

JAPIASSU, C. E.; GUERRA, I. F. 30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, 2017. ISSN 4.

KPMG. **ESG em tempos de crise**. [S.I.], 2020, p. 1-9.

KPMG. **The time has come**. [S.I.], 2020, p. 63.

LOBATO, J. A. M.; NEIVA, R. C. S. As organizações entre discursos e práticas de sustentabilidade: um estudo sobre a comunicação ESG em relatórios corporativos.

Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 15., 2021, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade São Judas, jun. 2021.

MAZZA, V. M. D. S. et al. Teoria dos Stakeholders: Estudo das publicações sobre o tema na base de dados web of science. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 19., 2017. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, dez. 2017.

O EMPREITEIRO. **Ranking da Engenharia Brasileira 500 - 50 anos**, v. LX, n. 584, jul./ago. 2021.

PACTO GLOBAL. Entenda melhor os ODS. **Pacto Global**, 2021. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/ods>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PACTO GLOBAL. O termo ESG. **Pacto Global**, 2022. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

PEREIRA, R. S.; FARIA, A. C.; SOUZA, M. T. S. **Análise de indicadores de sustentabilidade no segmento petroquímico**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

PNUD, P. D. N. U. P. O. D. Objetivos do desenvolvimento sustentável. **PNUD Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SIEW, R. Y. J. A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). **Journal of Environmental Management**, 164, 2015, p. 180-195,

SIENGE. 5 selos de sustentabilidade que agregam valor às suas obras, 2016. Disponível em: <<https://www.sienge.com.br/blog/selos-de-sustentabilidade-agregando-valor-as-suas-obras/>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SILVA, G. J. D.; AVELINO, B. C. **Análise do nível de evidenciação das informações contábeis ambientais e a utilização dos indicadores versão G3 do GRI: uma comparação entre empresa brasileira de setores relacionados a engenharia e construção civil**, 2015.

SOUZA, F. F.; BATISTA JÚNIOR, P. R.; FERREIRA, D. D. M. Gestão de resíduos sólidos na construção civil: uma análise do relatório GRI de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **NAVUS - Revista de gestão e tecnologia**, v. 5, dez. 2015, p. 78-95, ISSN 4.

SOUZA, J. P. E.; ALVES, J. M. Lean-integrated management system: a model for sustainability improvement. **Journal of Cleaner Production**, v. 172, 2018, p. 2667-2682.

UNGARETTI, M. ESG de A a Z: Tudo o que você precisa saber sobre o tema. **XP Expert**, 2021. Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/esg/esg-de-a-a-z-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-tema/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000 - As 1000 maiores de 2021**, 2021. Disponível em: <<https://especial.valor.com.br/valor1000/2021/ranking1000maiores>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

VC S/A. A mão invisível do ESG. **VC S/A**, 2021. Disponível em: <<https://vocesa.abril.com.br/especiais/a-mao-invisivel-do-esg/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

VIEIRA, I. L. **A materialidade nos relatórios de sustentabilidade: desenvolvimento de um modelo analítico aplicado ao setor da construção civil brasileira**, 2021. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

WBCSD, W. B. C. F. S. D. **The Cement Sustainability Initiative**, Geneva, 2015.

ZANCHET, A. et al. Estratégias de legitimidade nos relatórios de sustentabilidade de administração da Samarca Mineiração. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, set-dez 2017. p. 51-74.